



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Tecnologia e Ciências

Instituto de Geografia

Philippe Dias Leão Torres

**Paisagem e romantismo como conductos da racionalidade no III**

**Reich**

Rio de Janeiro

2020

Philippe Dias Leão Torres

**Paisagem e romantismo como conductos da racionalidade no III Reich**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Gestão e Estruturação do Espaço Geográfico.

Orientador: Prof. Dr. Ulisses da Silva Fernandes

Rio de Janeiro

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CTC/C

T693 Torres, Philippe Dias Leão.  
Paisagem e romantismo como conductos da racionalidade moderna no III Reich / Philippe Dias Leão Torres. – 2020.  
95f.: il.

Orientador: Ulisses da Silva Fernandes.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Geografia.

1. Paisagens – Alemanha – História – Séc. XX – Teses. 2. Romantismo – Alemanha – Séc. XX – Teses. 3. Nazismo – Teses. 4. Paisagens na literatura – Teses. I. Fernandes, Ulisses. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Geografia. III. Título.

CDU 911.52:7.035(430)

Bibliotecária responsável: Taciane Ferreira da Silva / CRB-7: 6337

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Phillipe Dias Leão Torres

**Paisagem e romantismo como conductos da racionalidade no III Reich,**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Gestão e Estruturação do Espaço Geográfico.

Aprovada em 04 de março de 2020

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Ulisses da Silva Fernandes (Orientador)  
Instituto de Geografia – UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Mariana Araújo Lamego  
Instituto de Geografia – UERJ

---

Prof. Dr. Carlos Alberto Franco da Silva  
Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2020

## DEDICATÓRIA

À minha esposa que tanto amo, fortaleza de minha existência, provedora do melhor presente que já pude receber: minha filha, Liv.

## AGRADECIMENTOS

Um agradecimento especial ao meu orientador Ulisses da Silva Fernandes, o qual acompanhou minha trajetória desde o meu primeiro período da graduação, seguindo pelo mestrado. Por assim dizer, espero que essa parceria continue.

À professora Mariana Lamego, que não tive contato em aula na graduação, mas que fiz questão de sua presença em minha banca de monografia em razão da excepcional pesquisadora que é. Por fim, agradeço ao professor Carlos Alberto Franco da Silva, mestre do meu mestre e, portanto, meu mestre.

Agradeço também à minha família, com atenção especial à minha mãe que, desde o início me deu forças e acreditou em mim em todos os momentos; à minha madrinha Rosane e ao meu padrinho Paulo, que estiveram sempre presentes em minha vida, proporcionando muito do que pude vivenciar; à minha irmã Caroline, mãe do meu afilhado querido, Luan; e primos Bernard, Beatriz e Louise, com quem cresci. Às minhas tias Gisele e Denise, que acompanharam tiveram função fundamental em minha criação; e à minha querida avó Guiomar, da qual muito sinto saudades.

Não poderia deixar de agradecer à minha esposa Bruna, com quem sempre compartilhei momentos incríveis de apoio mútuo, a personagem mais cativante, inspiradora e apaixonante que a beleza dos encontros com a vida me proporcionou e a qual me fornecerá mais um dos mais profundos encontros: minha filha, Liv.

Não poderia deixar de fora meus amigos de UERJ e que não ficarão por aqui: Dimitri, Laleska, Wagner, Pedro e Fernanda. Mas também àqueles que estiveram comigo desde o Colégio Pedro II: Leonardo, Ana, Fillipe e Juliana.

Por fim, a todos que de forma direta ou indireta fizeram parte da minha formação acadêmica e vida, meu reconhecimento. Sobretudo à UERJ.

## RESUMO

TORRES, Philippe Dias Leão. *Paisagem e romantismo como conductos da racionalidade moderna no III Reich*. 2020. 95 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

O presente trabalho tem por objetivo compreender o uso do romantismo como máscara no nazismo alemão para impor uma política de viés racionalista que seria exposta na paisagem. Em outras palavras, averiguar como se deu o uso da paisagem por parte do regime nazista, tendo em vista a filosofia romântica – a qual foi vinculada ao nazismo – e a racionalidade imperativa do início do século XX. Ao afirmar que há um uso da paisagem significa dizer que esta se torna ferramenta para determinados fins. Para tal, será preciso responder a um importante questionamento no que se refere ao conceito: de que paisagem o nazismo se apropria? Um arcabouço teórico para compreender a ligação do romantismo e do racionalismo com os conceitos de paisagem nas diferentes línguas – sobretudo a alemã, francesa e inglesa – será necessário. Objetivos específicos foram traçados para auxiliar a esta questão inicial. Identificar o papel e o uso da técnica e das ciências modernas no início do século XX e, sobretudo, no nazismo se faz importante à medida em que se parte da hipótese de que o nazismo absolutamente não é romântico. Ademais, inferir o impacto do romantismo como ferramenta de consolidação de um espírito nacional exposto na paisagem e atestar o uso do romantismo fundamentador de um mito unificador ligado ao solo. Como resultado é possível destacar, portanto, como o uso do romantismo serviu como máscara para uma política de paisagem racionalizante.

Palavras-chave: Romantismo. Nazismo. III Reich. Alemanha. Paisagem.

## ABSTRACT

TORRES, Philippe Dias Leão. *Paisagem e romantismo como conductos da racionalidade moderna no III Reich*. 2020. 95 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

The objective of this study aims to understand the use of romanticism as a mask in National Socialism to impose a policy of rationalist bias that would be exposed in the landscape. In other words, to investigate how the landscape was used by the Nazi regime, in view of the romantic philosophy – which was linked to Nazism – and the imperative rationality of the beginning of the 20th century. By stating that there is a use of the landscape it means to say that it becomes a tool for certain purposes. To do this, it will be necessary to answer an important question regarding the concept: from what landscape have Nazism appropriated? In other words, it will take a theoretical framework to understand the connection between romanticism and rationalism with the concepts of landscape in different languages – especially German, French and English. Specific objectives have been outlined to assist this initial question. Identifying the role and use of technique and modern sciences in the early 20th century and, above all, in Nazism, becomes important as we start from the hypothesis that Nazis were absolutely not romantic. Furthermore, to infer the impact of romanticism as a tool for consolidating a national spirit exposed in the landscape. In other words, attest to the use of the founding romanticism of a unifying myth connected to the ground.

Keywords: Romanticism. Nationalsozialismus. III Reich. Germant. Landscape



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Cartilha de leitura escolar em 1939.....	26
Figura 2 –	“Aqui você está compartilhando a carga”.....	33
Figura 3 –	“Os jovens de Adolf Hitler matriculam-se na escola não confessional”...	35
Figura 4 –	Janela Retráttil de Hitler, localizada em Berghof nos Alpes Bávaros.....	77
Figura 5 –	Zeppelintribüne.....	79
Figura 6 –	"Cavalo na Paisagem", de Franz Marc.....	81
Figura 7 –	"Deutsche Erde", de Werner Painer.....	84
Figura 8 –	A montanha sobre a névoa, em "A Montanha Sagrada", expõe um caráter espiritual à paisagem.....	86
Figura 9 –	A montanha chora no plano final de "Inferno Branco" em Piz Palü.....	87
Figura 10 –	Intervenção artística de Banksy intitulada “A Banalidade da Banalidade do Mal”.....	88

## SUMÁRIO

	<b>UMA INQUIETAÇÃO INICIAL.....</b>	<b>9</b>
1	<b>NAZISMO: O ROMANTISMO COMO MÁSCARA NOS TEMPOS DA RACIONALIDADE MODERNA.....</b>	<b>14</b>
1.1	<b>O Romantismo.....</b>	<b>15</b>
1.2	<b>O Romantismo como máscara.....</b>	<b>25</b>
1.3	<b>A racionalidade moderna como causa nazista.....</b>	<b>36</b>
2	<b>LANDSCHAFT: A MÁSCARA ROMÂNTICA NA PAISAGEM ALEMÃ.....</b>	<b>.49</b>
2.1	<b><i>Landschaft</i>: um conceito chave.....</b>	<b>52</b>
2.2	<b>Ratzel, Espaço Vital alemão e a paisagem.....</b>	<b>59</b>
2.3	<b>Sangue e solo: construindo a <i>Landschaft</i> alemã em direção ao campo..</b>	<b>66</b>
2.4	<b>A arte assume os valores da <i>Landschaft</i>.....</b>	<b>74</b>
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>90</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>93</b>

## UMA INQUIETAÇÃO INICIAL

Contam-nos muitos prodígios as velhas narrações. De heróis cercados de honras, de sua coragem sem par; De alegrias e de festas, de choros e lamentações; De pugna de bravos guerreiros, maravilhas ireis escutar.

*A Canção dos Nibelungos. Autor desconhecido.*

O autor do presente trabalho esteve, desde sua primeira pesquisa na graduação, vinculado ao conceito de paisagem na Geografia. Sobretudo, porém, suas temáticas direcionavam-se à Alemanha e à representação da paisagem na arte: expressionismo alemão; propaganda oficial nazista; e as megalomanias edificadas do nacional-socialismo foram alguns desses temas percorridos.

Entretanto, emerge no autor uma inquietação quando este entra em contato com uma rica filosofia de origem alemã: o romantismo. Nesse momento há a percepção mais direta de que o conceito de paisagem, no alemão, esteve por muito esquecido em sua significação mais profunda, sendo muitas vezes tratado como um conceito único e universal, a paisagem.

Ao romantismo caberia uma importante responsabilidade ao que se tornaria o conceito proveniente do alemão, a *Landschaft*. Não à toa, o termo seria usado pela primeira vez dentro das ciências modernas por Humboldt – amplamente reconhecido como o pai da Geografia – um dos pensadores mais influentes de seu tempo que, apesar de suas acepções naturalistas provenientes do estímulo racionalizante da época, mantinha um espírito puramente romântico em sua prática. Humboldt catalogava paisagens, mas as colecionava entregando-as um aspecto poético que iriam muito além da superficialidade da pura descrição. Suas influências iam desde Linneu a Goethe, seu amigo. Humboldt estava no centro do polvoroso alvorecer do Iluminismo e a imediata reação romântica, enxergava a possibilidade de uma unidade entre ambos: razão e emoção.

A *landschaft*, por assim dizer, se consolidou como um conceito próximo das ideias de comunidade, de algo pelo qual se pretende proteger em razão de uma carga alegórica que nela estaria contida. Esse peso seria propriamente romântico. Contudo,

o conceito de paisagem não é estático e, a racionalização do termo trouxe novas proposições etimológicas: *landscape* e *paysage*. Dessa forma, apesar da importância do movimento romântico e de sua influência para a história do pensamento que se segue, a técnica e seu uso estritamente racionalizado – em especial com o advento das ciências modernas – provocou uma nova problemática que, em seu estopim, fora causa dos maiores desastres do século XX.

Inquieto com a questão que se colocava, o autor da presente pesquisa percebera que desses causos haveria sempre de surgir uma explicação racional como justificativa de suas ocorrências. Para responder as causas dos maiores desastres do século XX, sempre surgiria uma resposta objetiva que, todavia, abdicava à própria racionalidade de toda responsabilidade para com seus efeitos. Em suma, os efeitos de todos os desastres ocorridos no século XX teriam sido consequência de um caso isolado de irracionalidade. Nesse contexto estaria inserido o nazismo e, junto a ele, o romantismo foi vinculado.

Partindo dessa inquietação, a presente pesquisa tem como objetivo geral compreender o romantismo como máscara no nazismo para impor uma política de viés racionalista que seria exposta na paisagem. Em outras palavras, averiguar como se deu o uso da paisagem por parte do regime nazista, tendo em vista a filosofia romântica – a qual foi vinculada ao nazismo – e a racionalidade imperativa do início do século XX. Ao afirmar que há um uso da paisagem significa dizer que esta se torna ferramenta para determinados fins. Para tal, será preciso responder a um importante questionamento no que se refere ao conceito: de que paisagem o nazismo se apropria? Em outras palavras, será preciso um arcabouço teórico para compreender a ligação do romantismo e do racionalismo com os conceitos de paisagem nas diferentes línguas – sobretudo a alemã, francesa e inglesa.

Os objetivos específicos foram traçados para auxiliar na compreensão desta questão inicial: identificar o papel e o uso da técnica e das ciências modernas no início do século XX e, sobretudo, no nazismo se faz importante à medida em que se parte do pressuposto de que o nazismo absolutamente não é romântico. Ademais, inferir o impacto do romantismo como ferramenta de consolidação de um espírito nacional exposto na paisagem. Em outras palavras, atestar o uso do romantismo fundamentador de um mito unificador ligado ao solo.

O contato com alguns autores os quais acabariam por se tornar importantes na fundamentação filosófica do presente trabalho não deixaram dúvidas quanto à

natureza racionalista do nacional-socialismo. Entretanto, ficava cada vez mais evidente o uso do romantismo como máscara funcional para os anseios nazistas em atingir o espírito daqueles pelos quais seu território abarcava. Nesse sentido é possível citar, preliminarmente, Rüdiger Safranski – *Romantismo: Uma Questão Alemã* (2010) – como fundamental nesse entendimento e primeiro contato com o romantismo, abrindo caminho para o contato direto com a obra de Johann Gottfried von Herder (2002 [1793-7]) e outros importantes nomes presentes na bibliografia. Tardiamente, evidenciando ainda mais a suspeita inicial de um uso racional do romantismo como máscara por parte do nazismo, Isaiah Berlin e seu clássico *As Raízes do Romantismo* (2013 [1963]) e Luís Fernando Dias Duarte (2004) foram importantes.

Os autores supracitados, somados a outros, incitam o primeiro tópico do capítulo inicial da presente pesquisa. A tarefa proposta nesse momento é justamente desbravar o que é romantismo e sua prática, bem como oferecer ferramentas capazes de distingui-lo do nazismo.

Em seguida a uma explanação dos significados do romantismo e sua discrepância com a natureza do nacional-socialismo, será realizada uma abordagem mais direta do nazismo com o racionalismo e as ciências da natureza modernas. Para tal, dar luz a um diálogo entre o pensamento de Martin Heidegger (2012 [1957]) e Milton Santos (2014 [1996]) sobre a natureza da técnica supõe-se oportuno, uma vez que esta e seu uso seriam a chave para os grandes desastres do século XX.

Enfim, o uso indiscriminado e vulgarizado do romantismo pelo partido nazista teve na representação da paisagem um de seus maiores destaques, sobretudo no que compreende a paisagem camponesa. Nesse sentido, foi fundamental como aparato metodológico o uso de fontes que, em um primeiro momento, demonstrassem as diferenças no que se refere à etimologia do conceito de paisagem no alemão – *landschaft* – para as outras línguas, como no caso do inglês (*landscape*) e do francês (*paysage*). Richard Hartshorne em *Perspective on the Nature of Geography* (1959), Horácio Capel em *Filosofía y ciencia en la Geografía contemporânea* (1988), Denis Cosgrove (1988) e Nicolas Ortega Cantero (2006) foram fundamentais, bem como o artigo de Dóra Drexler (2013) – PhD em Políticas de Paisagem pela *Corvinus University of Budapest* – em que discute a etimologia do conceito de paisagem em diversas línguas sob um viés teórico filosófico assim como quantitativo.

Importante perceber, porém, como o Partido Nazista direcionou suas conquistas territoriais à leste, almejando a paisagem como ferramenta política. A partir do estudo de autores que puderam oferecer aparato histórico para a pesquisa – dentre os quais é importante citar Richard J. Evans (2014) – será levantada a hipótese de que o uso do conceito de paisagem estaria próximo ao conceito assimilado pela língua inglesa (*landscape*), mas naturalmente usufruindo da potência oferecida pelo termo alemão (*landschaft*) como uma ferramenta de maior vigor na tarefa de alvejar o espírito do povo e suas individualidades.

Não é novidade, na Geografia, que Ratzel foi por muito associado ao projeto territorialista nazista. A inquietação que motivou o trabalho desde o princípio – esse embate histórico de discurso buscando a credibilidade pelos feitos, mas, sobretudo, culpabilizando o inimigo pelos desastres – relacionados ao embate entre Romantismo e o Iluminismo, é despertada também no caso ratzeliano. É evidente que não se trata de um autor romântico, mas que por muito tempo foi a este incumbida a culpa intelectual da política territorialista alemã. Será possível perceber que sim, como já é sabido, Ratzel oferece base conceitual para a postura territorial alemã, mas também há um anacronismo referente à análise dessa culpa. Mais do que isso, o uso também vulgarizado de Ratzel por parte do nazismo apenas fortalece a tese pela qual a presente pesquisa busca se fundamentar: um uso racionalizado, moderno, da política que será evidenciada no espaço e paisagem. O que há de diferente é a eminência do romantismo como máscara para esse racionalismo perverso, escondido, e por isso eximido de culpa.

Por fim, no intento de solidificar as alegorias e massificar os símbolos entregues às paisagens, as artes foram fundamentais na criação de um imaginário mítico. Por assim dizer, será possível observar a natureza romântica sendo exposta nas paisagens da chamada arte oficial nazista, tanto na pintura como no cinema. A representação da paisagem nas artes do regime se configura através da não racionalização direta, ou seja, do contato imediato com a obra – nesse momento temos a contemplação da *landschaft*. Contudo, a escolha do que é arte válida para a Alemanha passa por essa racionalização que visa atingir objetivos específicos. Juntamente a isso, e fortalecendo a ideia da racionalização do uso das artes, está a definição do que é uma arte não válida e a percepção do tipo de paisagem que nestas estão dispostas. Por assim dizer, são abominadas – não exatamente abolidas uma vez que o próprio regime expôs essas obras em exposições de arte degenerada –

qualquer presunção abstrata da realidade. Em primeiro lugar por não haver nessas paisagens e representações qualquer vínculo com o solo, no caso, com a Alemanha e suas narrativas. Em segundo, e aí não há olhar menos racionalista possível, o vínculo que se cria entre a arte moderna (abstrata) com a “degeneração” da Alemanha, com doenças que estariam infringindo o imaginário e o próprio ser alemão.

## 1 NAZISMO: O ROMANTISMO COMO MÁSCARA NOS TEMPOS DA RACIONALIDADE MODERNA

O indizível horror que permeia nossa memória coletiva do Holocausto (ligado de maneira nada fortuita ao premente desejo de não encarar essa memória de frente) é a corrosiva suspeita de que o Holocausto possa ter sido mais do que uma aberração, mais do que um desvio no caminho de outra forma reto do progresso, mais do que um tumor canceroso no corpo de outra forma sadio da sociedade civilizada; a suspeita, em suma, de que o Holocausto não foi uma antítese da civilização moderna e de tudo o que ela representa (ou pensamos que representa). Suspeitamos (ainda que nos recusemos a admiti-lo) que o Holocausto poder ter meramente revelado um reverso da mesma sociedade moderna cujo verso, mais familiar, tanto admiramos. E que as duas faces estão presas confortavelmente e de forma perfeita ao mesmo corpo. O que a gente talvez mais tema é que as duas faces não possam mais existir uma sem a outra, como verso e reverso de uma moeda.

*Zygmunt Bauman (1998, p. 26).*

Nem progressista, nem conservador. O mais genocida dos movimentos políticos do século XX carrega potências reacionárias. O desejo nazista era um retorno aos antigos, a tempos gloriosos, inspirando-se nos gregos e romanos. Contudo, obviamente, o nazismo não está inserido sob a lógica da Antiguidade Clássica.

Como ferramenta para esse retorno, sob os olhos de uma política nacionalista, o romantismo – filosofia essencialmente alemã – foi utilizado como máscara com o fim de promover nos alemães os poderes originais do solo. Mais uma vez, porém, há de se questionar: O quão romântico foi o nazismo sabendo que este está inserido no tempo das técnicas e da modernidade das ciências naturais avançadas?

A verdade é que, inserido sob contexto moderno, a racionalidade levou o homem a provocar os maiores desastres vistos até então pela humanidade: a bomba



atômica, a eugenia, o holocausto e os governos totalitários, no qual o nazismo se insere. A racionalidade e os novos sistemas de objetos técnicos foram a causa primordial do rompimento da casca da civilização e o nascimento da serpente, dos impulsos mais agressivos e primitivos do ser.

Neste capítulo, em um primeiro momento, será contextualizado o pensamento romântico e sua profunda significação enquanto movimento reativo à racionalidade iluminista. Importante, portanto, compreender o romantismo com o objetivo de averiguar sua aderência ao nazismo e sua profunda ligação com a racionalidade moderna. Em seguida, será possível atestar a proximidade do nazismo com as ciências da natureza vulgarizadas e o racionalismo levado ao último grau, ocasionando em alguns dos maiores desastres do século passado.

## 1.1 O Romantismo

A história dos modelos de pensamento acompanha a história do poder e das hegemonias. Filosofia, ciência, artes ou religião, todos são guiados por um modelo hegemônico que perdura de acordo com a credibilidade daquele que transmite a ideia. Por credibilidade, porém, não se compreende a proximidade com a realidade ou qualquer método qualitativo de análise, mas discursos políticos que ganham valores paradigmáticos em razão de seu transmissor. O discurso tradicional do pensar, percorrido ao longo de milênios, perdura em sua estrutura fundamental calcado na racionalidade desde os gregos pós-socráticos. Contudo, é justamente nessa tradição milenar e em seus fundamentos que o Romantismo, partindo da Alemanha e escorrendo logo a seguir por toda a Europa, direcionaria seu desígnio. Reativo ao que naquele momento estava em voga na esfera do pensar, o Romantismo abalaria as estruturas do continente, fazendo surgir um novo alento.

Na tradição racionalista para qual o romantismo direcionaria sua artilharia, virtude é sinônimo de conhecimento da realidade calculada na tentativa de dar explicações mensuráveis para aquilo que se concebe como real. Em outras palavras, levar a luz ao que é obscuro. Ao que não havia sido traduzido, mensurado, retirar as narrativas e trazer o real. O conhecimento da realidade, evidentemente, foi disputado – e ainda o é – por diferentes modelos de pensamento até então: gregos, romanos,

cristãos, renascentistas e iluministas, cada um deles dominante em seu tempo, reativo ao anterior e influente para o subsequente.

Há de se observar desacordos quanto à natureza da realidade ou dos métodos para chegar as respostas de tal conhecimento, percebendo como essa se comporta. Contudo, há um padrão bem observado por Berlin (2013 [1965]) no que tange a forma como o pensamento ocidental tradicionalmente discute o tema: a existência ou a capacidade de abarcar o real através de uma lei universal que rege a natureza das coisas. Em outras palavras, a forma como se lida o conhecimento da realidade se dá através da tentativa racional – seja metafísica ou materialista – de explicação das coisas.

O romantismo foi, portanto, um movimento reativo, em especial às tradições do pensamento. Contudo, essa reação se deu com maior vigor em razão do surgimento de outro movimento dicotômico no século XVIII, o iluminismo. A alcunha é propositiva, essa tradição de pensamento foi assim denominada enaltecendo sua missão de trazer luz ao século XVIII – com um claro intuito de afirmação em colocar o que era anterior como escuro, aonde a luz deveria chegar. Dar luz a algo, por assim dizer, através da racionalidade, da explicação da realidade através de leis universais. Sobre o iluminismo o antropólogo Luiz Fernando Dias Duarte (2004, p. 7) afirma que:

sua disposição era francamente otimista e seus mais ardentes defensores foram chamados justamente de iluministas, por acreditarem na derrota e no extermínio da sombra que teria obscurecido até então a marcha da humanidade.

Nessa conjuntura, a ciência ganha força como modelo de conhecimento adequado para iluminar os mistérios, as crenças e o que é tortuoso. A razão ganharia, portanto, um posto quase divino, incontestável, ainda que por vezes novas leis universais fossem postas à luz, trazendo sazonalmente novos paradigmas. Séculos de tradição oral não tiveram o engajamento que o iluminismo abarcou, o advento da leitura e da imprensa em língua local espalhou a nova forma de enxergar o mundo – ainda que, como será possível perceber, o romantismo tenha sido exitoso nesse quesito, sobretudo na disseminação da leitura de romances em língua vernacular.

Por efeito, o romantismo iria acusar o que se chamou de *ditadura da razão* (Safranski, 2010), buscando com esta romper. O rompimento viria através de uma inversão daquilo que se colocava como virtuoso – a busca pelo conhecimento material da realidade – provocando um intenso debate na Europa àquela época. Uma dessas

inversões propostas expunha uma proposição estética do conhecimento do real, rompendo com a virtuosidade racionalista calculada proposta pelo iluminismo. A valorização da arte – literatura, pintura e teatro – ganha um novo ânimo. Como dito, sobretudo a literatura havia sido fundamental ao estabelecer uma tradição de leitores ávidos. O que antes era um hábito de poucos, ainda que naquele momento não tenha se tornado uma atividade universal – eram altas as taxas de analfabetismo, inúmeros foram os anos de desvalorização das línguas locais e estava em curso a oficialização de uma língua hegemônica e erudita – torna-se um movimento pujante, em especial na formação estética da identidade do povo.

A reação romântica à supervalorização da racionalidade engendrada pelo iluminismo é inseparável de uma proposição de revalorização da natureza e do mundo rural. Importante ressaltar que o advento da industrialização e todos os aparatos técnicos de que dela surgiram estavam em voga naquele momento, bem como o modo de vida urbano, fortalecendo a ideia de que o romantismo havia se consolidado a partir da reação às coisas do mundo. Duarte (2004) indica outros movimentos de reação no pensamento romântico em relação às mudanças trazidas pós-Revolução Francesa: a doutrina das cores de Goethe, em oposição à ótica de Newton, muito bem ensaiado por Roberto Romano (1981); e o resgate de Shakespeare – um resgate que não ao acaso tem como característica sua escrita em vernáculo (Anderson, 2015) –, com o intuito de combater o rigor formalista convencionado pelo classicismo francês.

Importante ressaltar, porém, que a inversão proposta em um caráter estético não se referenda em um tipo de arte qualquer. Enxergar o mundo como obra de arte, valorizar a encenação, a dramatização das ações, mas, sobretudo o misterioso, o místico, aquilo que torna infinita as narrativas encontravam-se nas possibilidades românticas. Evidentemente, a ação romântica era mais uma reação ao que vinha construindo a tradição iluminista. De maneira diametralmente, oposta trabalhava a escola originalmente francesa, com uma crença cega na transparência e na possibilidade de prever a realidade através da racionalidade. Essa previsibilidade mostrou-se frágil ao longo da história que se segue. Até mesmo a Revolução Francesa, bastião da racionalidade iluminista, tem sua gênese dentro de um ato de razão, mas os eventos que se seguem, como são conhecidos, estão no arcabouço das coisas que não puderam ser previstas pela transparência calculista das ações: terrorismo, imprevisibilidade política e Estado politicamente instável. A título de exercício, algo parecido pode ser percebido anos mais tarde quanto no século XX o

ânimo da Belle Époque vigorava o conhecimento científico e a capacidade deste em transformar mundo através da razão. Igualmente, porém, o racionalismo não foi capaz de prever ou prevenir os desastres que marcariam a primeira metade do século, mais que isso, foi engrenagem fundamento dessas crises<sup>1</sup>.

No ímpeto de a tudo calcular, o racionalismo moderno proposto pelo iluminismo simplifica a arte e reduz o mundo a um objeto passível de manipulação. Em outras palavras, as leis universais aplicadas pelo modernismo iluminista propunham uma redutibilidade da arte a um mero sentido objetivo. Sobre essa redutibilidade Berlin afirma:

o iluminismo supunha que havia um padrão de vida fechado, como tentei explicar. Haveria alguma forma particular de vida e arte, de sentido, de pensamento, que estariam corretos, que estariam de acordo com a verdade e objetividade e que poderiam ser explicados para todos se soubéssemos o bastante. Haveria algum tipo de solução para nossos problemas e, se pudéssemos construir uma estrutura que estivesse de acordo com a solução e depois nos puséssemos grosseiramente dentro dessa estrutura, encontraríamos respostas para o problema do pensamento e ação (BERLIN, 2013 [1965], p. 126).

A racionalidade trabalha, portanto, na redução das coisas do mundo, na proposição de uma superficialidade das coisas e, sobretudo, na capacidade humana de explicar o infinito, podendo até mesmo objetivamente replicar determinada informação com perfeição. O romantismo, como observado, reage a essa forma de enxergar e explicar o mundo. Dessa forma, Berlin continua:

contudo, se não for assim, se hipoteticamente o universo está em movimento e não em repouso, se há o infinito e não o finito, se este está em constante variação e nunca estático, nunca o mesmo (usando uma das várias metáforas que os românticos constantemente usavam), se é uma onda constante (como diz Friedrich Schlegel), como podemos pensar na possibilidade de descrevê-la? (BERLIN, 2013 [1965], p. 126).

A inversão romântica reivindica a ideia de que o reducionismo iluminista não é capaz de abarcar a profundidade da arte, muito menos da vida. Significa, portanto, um abraço ao caos, ao incontrolável. Há, na percepção da realidade, um oceano que não se percebe apenas na superfície, mas nos símbolos e mistérios que residem no infinito. É justamente no mistério, no profundo, no inesperado, na intensidade que as principais histórias românticas fincam seus pilares. Novalis, importante poeta e filósofo romântico, oferece bases para o anteriormente dito ao afirmar que “na medida em que

---

<sup>1</sup> Zygmunt Bauman expôs em *Modernidade Holocausto* (1998) a proximidade do evento nazista com o racionalismo e a ciência moderno, desmistificando a ideia de que esse acontecimento foi fruto apenas de um devaneio ou fruto de impulsos primordialmente primitivos.

dou ao comum um sentido elevado, ao costumeiro um aspecto misterioso, ao conhecido a dignidade do desconhecido, ao finito um brilho eterno, eu o romantizo” (NOVALIS, 2001 [1798], p. 124).

Na tarefa de superar a superficialidade da razão estariam dois importantes autores fundamentais para a compreensão estética do romantismo que inauguraram um período denominado “período do gênio”. Goethe e Schiller provocaram no que foi chamado de pré-romantismo, um rompimento com a obediência às ordens classicistas da arte que, naquele momento, encontrava seu vigor na França. Apesar de rechaçados mais tarde pelos próprios românticos – inclusive por si – o movimento iniciado por ambos foi um ponto de virada no pensamento estético da Europa. Não mais se discutiria a arte sob o único viés racionalista regrada oriunda da perspectiva classicista. O período do gênio pré-romântico nada mais era que uma objeção às regras que permitiria a manifestação do gênio e o nascimento da obra de arte livre.

Os alemães, para a construção de uma estética puramente nacional, deslocam a fundamentação artística do neoclassicismo francês em direção à figura de Shakespeare. A este se entrega a alcunha de autor romântico. E não fora à toa, pois em Shakespeare perdura justamente seu ímpeto, sua destituição das regras até então estabelecidas – encontradas na *Poética* de Aristóteles – criando um tempo próprio para as suas obras. Essa genialidade só poderia surgir do gênio. O gênio, portanto, é esse ímpeto inato o qual as leis universais não são capazes de domar, ao menos não por completo. Em suma, o talento não pudera ser domado pela razão. Para os alemães, porém, um gênio só poderia surgir de outro, sendo “preciso colocar Shakespeare como referência para que surgisse o gênio alemão: Goethe” (DUARTE, 2011, p. 72). Os críticos atestavam a genialidade de Shakespeare, ainda que apontassem seus erros em termos de forma. Contudo, encontrava-se justamente em seus erros, em sua desobediência, a genialidade a qual o transformara em um artista tão profundo.

Entretanto, para além da importância e da influência desse período pré-romântico para o que viria a seguir, o qual os preceitos da criação genial de caráter mais natural e subjetivo em oposição ao academicismo científico nas artes, os primeiros românticos irão enfatizar a importância da reflexão no processo artístico. Dessa reflexão teria vindo a maturidade de Goethe, por exemplo, onde não apenas a espontaneidade natural provoca o processo criativo, mas a cultura à qual a criação está inserida. Em outras palavras, os primeiros românticos propõem uma visão crítica

e não sistematizada de seu próprio alvorecer. O gênio permanece como uma potência fundadora, mas deve-se buscar “a junção de entusiasmo e pensamento” em que em uma obra de arte haja intenção e instinto, “intenção é plano, consciência, domínio. Instinto é natureza, o impulso, o entusiasmo” (DUARTE, 2011, p. 81).

As narrativas, nesse interim, já ganham um valor de identidade ao contar um pouco sobre o eu. A percepção do profundo nas histórias se torna evidente, mas o pensamento romântico intensificava a ideia mítica da profundidade do próprio ser, da incapacidade de fazer uma leitura estritamente racional do eu. O movimento romântico, então, põe em tela o eu infindo, incapaz de ser compreendido. A reflexão romântica, portanto, não se trata da racionalização das ações, mas parte de um processo criativo que não busca findar as possibilidades do gênio. A reflexão não se trataria de um juiz, mas um condutor do processo criativo. Ao explicar, reduzir, o racionalismo iluminista trazia o misterioso para a superfície, para o raso, findando as inúmeras possibilidades que os símbolos e o homem são capazes de abarcar. Um dos mecanismos românticos de combate a prática iluminista finca suas bases na ironia. Contudo, a ironia romântica se difere da convencionalmente difundida. Não se trata de uma ironia como mecanismo de humor ou mesmo de retórica socrática – esta última foi utilizada, como diz Safranski (2010) até mesmo pelos próprios iluministas, uma vez que buscam racionalizar o discurso – mas uma tentativa de subversão, entregar ao sabido, ao que está na superfície, uma aura misteriosa, profunda, tornando o finito instantaneamente infinito.

Toda narrativa é a forma como se conta determinada história, nunca o tempo do acontecimento em si. A ironia vive, portanto, na impossibilidade de se fazer entender por completo. As leis universais são criadas, aplicadas, replicadas, mas jamais são compreendidas igualmente em cada indivíduo. Reside nesse lugar a ironia: onde o que é sabido ganha o fulgor do desconhecido. Não ser entendido é princípio básico que todo narrador deve tomar como fundamento. “Ironia é o reconhecimento de que o sentido não é completamente compreensível” (DUARTE, 2011, p. 127), ou seja, sua linguagem atua na presunção de retirar do que é sabido as possibilidades do que é profundo.

Com o intuito de atingir tal profundidade, a inversão reativa do romantismo propunha sobrepor a regra ou elementos previamente estabelecidos pregando uma desobediência criativa. Em outras palavras, a imposição de leis e modelos aplicados à forma como se enxerga o mundo e as coisas que a este estão ligados – política,

artes, pensamento – seriam revertidos a um modelo autocriativo, onde a experiência do real ganha um novo valor. Circunscrever a realidade em leis inalteráveis – ao menos até que a próxima lei a sobreponha – seria inconsistente. A medida que se lança a flecha ao alvo, ou seja, que se atinja através da ciência os objetivos calculáveis da natureza, o alvo já não será o mesmo e o objetivo jamais será alcançado em razão da inesgotável apreensão do mundo.

Suponha que eu tente explicar uma proposição profunda em particular. Eu faço meu melhor, mas seu que essa proposição não pode ser esgotada; e quanto mais inesgotável ela pareça para mim – quanto maior a região a qual eu deseje aplica-la, mais abismos se abrem, mais profundos são os abismos (...) Quando, por exemplo, Pascal faz a famosa observação de que o coração tem suas razões assim como a cabeça, quando Goethe diz que não importa o quanto tentemos, sempre haverá um elemento irreduzível do antropomorfismo em tudo que fazemos e pensamos, essas observações atingem as pessoas de maneira profunda por essa razão, porque independente de como as aplicamos, fornecem novas possibilidades, e essas possibilidades não são reduzíveis, nem descritíveis, nem colecionáveis; não há fórmula que nos levará a uma dedução a todas as outras. Essa é a noção fundamental da profundidade para os românticos (BERLIN, 2013 [1965], p. 124-125).

Quais seriam, porém, as alternativas à superficialidade iluminista e como deixar de ser um movimento puramente reativo, mas também propositivo? A resposta está na revalorização do mito, das alegorias e dos símbolos, que seriam fundamentais no que se refere à composição da *landschaft* alemã. Os elementos destacados são recursos incalculáveis à linguagem, uma vez que são capazes de produzir uma semântica, ou seja, uma proposição de sentido, interminável. A força dos símbolos supera a métrica do controlado, fazendo surgir naquele que os experimentam o fenômeno estético da profundidade. Uma fuga da objetividade e um abraço ao caos. Isso acontece porque os símbolos, mitos e alegorias produzem uma significação que, entretanto, não podem ser traduzidas em sua completude, assumindo inúmeros significados a partir de seus significantes naqueles que os experimentam. Inúmeras possibilidades que, porém, em razão de sua potência simbólica, tem uma capacidade religiosa – no sentido de unir em torno de uma causa – nas pessoas. Por mais profundo que se mergulhe na linguagem pela qual os mitos se apropriam, por mais que se tente trazer seus significados à superfície através da racionalidade, a capacidade de abarcar a totalidade de suas possibilidades é nula. Essa é a vocação dos mitos, sua competência comunicativa inspira através de uma proposição estética valores que vão além do que é possível mensurar ou explicar, dar luz. Em outras

palavras, transmitir o inapreensível materialmente, fazendo surgir de maneira não consciente um novo vigor nos indivíduos.

Tendo estabelecido a profundidade como uma das palavras chave do que é o romantismo – ainda que se possa dizer ser um paradoxo contemplar qualquer tipo de explicação formal ao tema – há de se indicar a importância na valorização dos termos destacados até aqui (mito, alegoria, símbolos, ironia, mistério, etc) como fundamentos da linguagem romântica. Por assim dizer, incitar que tais elementos possuem uma eloquente potência comunicativa. O resgate de grandes autores, de antigos mitos, canções populares e do espírito dos lugares provocaria um ímpeto estético revolucionário. O povo se uniria pela unidade da profundidade de sua história, de sua língua, mas, sobretudo de seu espírito. As narrativas reunidas e lidas avidamente trariam consigo a competência de penetrar a cultura. Duarte (2004) lembra que o espírito pelo qual os românticos conferiam valor – *zeitgeist* – está fincado à essência de seu tempo, apresentando-se sempre diferente em suas manifestações. “Cada momento de um ente ou da dimensão de um fenômeno tem sua própria intensidade, qualidade, incomparável com as que se expressam em outros tempos e espaços” (DUARTE, 2004, p.10).

O fenômeno do *zeitgeist* não seria diferente nas alegorias, mitos e símbolos que são manifestados pela cultura. A arte refletiria o espírito da época (*zeitgeist*) a qual se insere, mas não morreria no tempo de sua criação, perdurando através da narrativa e da semântica nas épocas que se seguem. Na busca pela reinvenção da cultura, na criação de uma comunidade imaginada, os românticos carregam consigo um espírito explorador presente, por exemplo, em Alexander Von Humboldt – que apesar de naturalista não negava seu direcionamento poético em sua forma de interpretar a natureza – e Johann Gottfried Von Herder. O primeiro catalogava a natureza e suas paisagens, método naturalista trazido outrora pela taxonomia moderna de Linneu. Por outro lado, as apresentava como um quadro carregado de vigor artístico. Não à toa, o título de um dos seus mais importantes trabalhos, Quadros da Natureza (1792-3 [1808]) que, inclusive, contém um importante texto intitulado “A Força Vital ou O Gênio Ródio”, uma clara manifestação da influência do romantismo e de Goethe em sua obra.

Apesar de empirista e de formação racionalista, em Humboldt “há uma firme e explícita rejeição do idealismo, das concepções do universo fundadas unicamente na razão, nos princípios da filosofia especulativa” (CAPEL, 1988, p. 32), demonstrando



que ao colecionar e catalogar paisagens, como bom romântico que fora, conectado com os pensamentos produzidos em seu tempo, “a contemplação da natureza produz, antes de tudo, um prazer. Prazer que é em primeiro lugar, uma impressão estética independente do conhecimento dos fenômenos” (CAPEL, 1988, p. 34). Em outras palavras, se o gênio é aquele que permite falar à natureza, nesta surgem também os fenômenos os quais a matemática não é capaz de abarcar por completo. Já Herder, um dos proponentes do termo *zeitgeist*, “durante suas viagens traçou o plano de colecionar canções populares e outros documentos das culturas dos povos” (SAFRANSKI, 2010, p. 29), acabando por estimular que o mesmo fosse feito por outros pensadores de seu tempo.

É importante que se estabeleça nesse momento o paralelo criado através da síntese entre a forma de produção de conhecimento empírico e racional – teorizado por Immanuel Kant na sua influente obra *Crítica da Razão Pura* (2001 [1781]) –, em especial, na obra de Humboldt. O conhecimento só poderia dar-se através da experiência e sua racionalização. Contudo, ainda mais importante, há de se compreender a coexistência de um modo de pensar racionalista moderno com experiências estéticas provenientes da forma de ver o mundo, um olhar próximo à arte. Essa coexistência de padrões supostamente díspares permitiu o surgimento de uma nova relação do homem com o solo, capaz de inventar uma nova cultura através da catalogação racional daquilo que aparentemente não está disposto à lógica matemática: as relações humanas e o belo. Essa nova forma de pensar, de experimentar o mundo através da descoberta de novas culturas e pô-las em prática de maneira oficial provocaria um processo de territorialização orgânica a partir da identidade natural com o espaço. Língua, etnia, paisagem, costumes, cultura, religião, todos símbolos de relação dinâmica com o solo que, ao serem catalogados e oficializados dariam o sentido de pertencimento.

A oficialização desses símbolos catalogados do passado de determinado solo seria fundamental para a consolidação de uma grande nação. Contudo, não basta possuir um passado grandioso, como diz Herder:

para falar com maior clareza, é bom e louvável para um povo ter grandes ancestrais, uma grande era histórica, deuses que engrandecem a pátria, desde que esses elementos despertem o povo a nobres atos, o inspirem a disposições digna, desde que os antigos ensinamentos caibam ao povo. (...) Aquele que imagina ser corajoso, nobre e correto de nascença pode facilmente esquecer de se mostrar como tal. Ele falha em lutar por algo que acredita já possuir em seus antepassados. Sob tal delírio orgulhoso de pátria religião-raça-ancestral, Judéia, Grécia, Roma e quase todos os antigos

poderosos ou sagrados Estados, pereceram. Não é o que uma pátria era, mas o que é agora que podemos respeitar e amar (HERDER, 2002 [1793-7], p. 375).

Portanto, de acordo com essas atribuições, a reinvenção da cultura através da busca dos poderes originais do solo, dos ancestrais comuns àqueles que ali habitam, não é suficiente na consolidação de uma nação. A oficialização dos mitos originários por parte de poderes administrativos da cultura provocaria uma predisposição falsa naqueles que a determinado espaço se julgam pertencentes. É verdade, porém, que a busca por tais elementos fundadores são primordiais na condição de que estes despertem os hábitos cotidianos, as organizações familiares e territoriais. Em suma, para que a história e a cultura se tornem efetivas em sua missão de fundar uma comunidade imaginada, devem agir de maneira não reflexiva no dia a dia das ações. Há de se fazer um transporte narrativo. A história, elemento passado, deve agir no homem do hoje, para que construa o povo do amanhã.

Assim desejou-se construir os pilares do Terceiro Reich Alemão. Comandado pelo partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, democraticamente eleito e instituído de poder sob a égide de uma profunda crise moral, econômica e social vivida na Alemanha pós Primeira Guerra Mundial. Buscou-se no passado – mesmo que fosse necessário criar uma ligação do solo com as narrativas heroicas escolhidas – a razão pela qual valia a pena lutar. Fincam-se, então, as pedras fundamentais as quais se desejava resgatar para construir uma nova e grandiosa nação, por definição, um movimento reacionário. Nova, porém, inspirada nos grandes impérios do passado – Império Romano e Grécia antiga – e grandes mitos heroicos que demonstrariam a força e superioridade do ser alemão – como A Canção dos Nibelungos e o ciclo de quatro óperas sobre sagas mitológicas nórdicas de Richard Wagner, a qual Adolf Hitler mantinha uma adoração declarada: O Anel dos Nibelungos. A proeza de Richard Wagner ao se tratar desta, que é considerada sua maior obra, está justamente na criação de um mito revolucionário, que uniria os homens em uma percepção comum, assim “os sonhos dos primeiros românticos a respeito de uma nova mitologia”, imaginada, não como algo que se revela, “tornam-se finalmente realidade” (SAFRANSKI, 2010, p. 237).

## 1.2 O Romantismo como máscara

As condições propiciadas pela racionalidade moderna, à qual o Estado alemão nazista encontrava-se inserido, proporcionaram que eventos, tal qual o próprio nazismo, ocorressem. Contudo, as proximidades e contradições presentes entre romantismo e nacional-socialismo são diversas. Apesar do flerte nazista com o movimento, seu uso não passou de uma ferramenta política para ambições outras. Sendo o nazismo racionalista por excelência, o romantismo serviria como máscara para outras ambições. Leis universais (arianismo); busca por ordem e progresso; e messianismo são algumas das contradições entre o nazismo e o romantismo. Segundo Safranski (2010), Herder desenvolveu seu conceito de individualismo e, a partir disso, descobriu a pluralidade. A individualidade se justificava a partir de uma causa maior:

para Herder o ser humano, como indivíduo, está incluído na comunidade – uma espécie de indivíduo maior. Ele vê círculos concêntricos na família, nas tribos, nos povos, nas nações e na comunidade de nações, que, em seu nível, formam uma síntese espiritual. Em relação aos povos, fala dos espíritos dos povos. O importante é que essas unidades maiores são pensadas a partir do indivíduo. Assim como os indivíduos entre si, também elas formam uma pluralidade: a dos espíritos dos povos (SAFRANSKI, 2010, p. 28).

Cada indivíduo manifesta sua singularidade com o meio e transforma aquilo que o homem é e pode ser. O indivíduo proposto por Herder, portanto, só pode ser visto a partir de uma coletividade. O homem não é um sujeito simples, mas uma abstração que o coloca como sujeito composto, uma vez que não pode ser pensado fora de uma comunidade. Assim afirma Herder:

grande deve ser o todo onde toda individualidade que se revele como um todo! Mas em toda individualidade deve continuar havendo uma unidade como um indeterminado Um, somente para o todo! Onde pequenas conexões rendem grande significado, tornando séculos apenas sílabas, nações apenas letras e, talvez, interpontuações, que não significam nada neles mesmos senão para o todo! (HERDER, 2002. p. 356).

A construção do homem parte, portanto, das individualidades que, ao final, constitui a noção do todo. O homem ariano, por exemplo, só poderia existir se fosse vivido por cada indivíduo pertencente à comunidade alemã; os pilares da família só seriam possíveis se cada membro pudesse, de acordo com suas obrigações dentro dessa estrutura, mantê-la (Figura 1). A partir desta noção constitucional do todo, dos

indivíduos, cria-se, organicamente, a proximidade com o solo, pois somente no solo se desenvolvem as comunidades e as nações. A comunidade é uma união para ajuda mútua no desenvolvimento das individualidades. Essas unidades maiores constituídas de muitos – o povo – só podem ser pensadas a partir do indivíduo e os indivíduos entre si criam o espírito dos povos, motor nacional, que permitirá a delimitação dos que pertencem àquele lugar e, assim, seu território.

“Se não podem subsistir os indivíduos, resta o Povo”, completa Romano, “mas este, para os românticos de todos os matizes, é eterna criança que deve ser protegida” (ROMANO, 1981, p. 79). Em outras palavras, o Estado teria a função de proteger sua comunidade enquanto unidade. A diferença da proposição Hobbesiana, racional, para a proposta romântica, nesse caso, de Novalis, está no direcionamento pedagógico desse controle. Um Estado matriarcal, onde se fomenta a união das individualidades com o fim de produzir uma comunidade-unidade em torno de uma causa.

Figura 1 - Cartilha de leitura escolar em 1939.



Legenda: “Um povo se ajuda: Gertrud entendeu isso.” Uma família come o ensopado obrigatório de domingo, ou a “refeição de uma só panela”.

Fonte: Evans (2014).

A concepção do conceito de individualismo em Herder, como afirma Duarte (2004) foi fundamental na consolidação da ideologia da nação moderna. “Herder conferiu-lhe uma forma canônica ao lidar com a cultura germânica como um ente específico, menor que a humanidade, mas certamente maior e mais expressivo que os entes individuais que compunham as populações de fala alemã” (DUARTE, 2004,

p. 8). Em outras palavras, o indivíduo manifesto na cultura germânica – entendida como um ente em si – é uma unidade composta de muitas outras unidades menores, compondo um todo único, identificado por sua cultura, o próprio ente.

Isaiah Berlin (2004 [1965]) evidencia o conceito de expressionismo na arte – sob a ótica de Herder – como fundamental para o entendimento da revolução que significou o pensamento do autor. Como afirma Berlin, “a obra de arte é a expressão de alguém” (BERLIN, 2004 [1965], p. 82), evidentemente daquele que mantém uma relação de criador para com sua criatura. Essa obra, porém, apenas surgirá enquanto fenômeno no momento em que entra em contato com aquele para o qual esta foi destinada. Independente do formato artístico, da mídia, do meio e das técnicas empregadas, a obra nasce no momento em que é contemplada e, posteriormente eternizada em razão de sua semântica: um poema, um conjunto de leis, uma pintura, uma edificação composta na paisagem, todos parte de uma atitude consciente ou inconsciente de seu realizador (BERLIN, 2004 [1965]).

Contudo, é importante ressaltar que Herder rejeita a ideia de que um artista – ou aquele que provoca uma ação criativa – possa separar sua ação enquanto criador de sua memória ou prática com o mundo. Em outras palavras, naquilo que sua criação existe enquanto forma, há nela parte daquele que a compôs. Ainda que no momento em que o criador põe sua obra no mundo esta já não está sob seu controle nela ainda haverá sua imagem e semelhança. Em primeiro lugar, as percepções sobre a obra daqueles que a contemplam jamais serão as mesmas as quais o autor refletiu, justamente em razão da profundidade inerente ao que se cria. Em segundo lugar, porque o gênio que se coloca em criação com a prática, o faz, mas nem mesmo o interlocutor de sua potência (o artista) tem a percepção das potencialidades de seu resultado.

Assim, a crítica romântica à superficialidade iluminista se fortalece, uma obra de arte – e aqui há de se incluir todas as ações criativas, até mesmo as políticas – jamais será a mesma em todas as pessoas, ainda que se tente criar uma ordem universal.

A noção de expressionismo de Herder, exposta por Berlin (2004 [1965]), porém, carrega traços localizados em sua linguagem. Isso quer dizer que, apesar das narrativas compreenderem o modo como contar determinada história e fazer surgir o fenômeno naqueles que a contemplam, a recepção desse mesmo fenômeno terá profundidades diferentes de acordo com os espaços. A título de exemplo, há de se

retomar o ciclo de óperas de Richard Wagner – O Anel dos Nibelungos. Evidentemente, tanto um alemão quanto um francês, à época, poderiam ser impactados pelo fenômeno surgido da contemplação da obra. Contudo, a linguagem pela qual a obra se utiliza se comunica diretamente com o povo alemão de seu tempo, com suas narrativas, seu inconsciente coletivo e, portanto, se evidencia a importância, para os românticos, da criação de um mito originário que uniria indivíduos em uma massa única, a unidade do povo. Berlin completa dizendo que:

a partir disso Herder desenvolveu a ideia de que todo homem procura pertencer a algum tipo de grupo, ou de fato pertence a este, caso contrário se sentirá estranho, sem lar. Toda a noção de estar em casa, de serem cortadas as raízes naturais, toda a ideia de raízes, de pertencer a um grupo, um movimento, teve início em larga escala em Herder (BERLIN, 2004 [1965], p. 83).

O pensamento romântico, contudo, entra em conflito com os tempos da técnica – na chegada do século XX. Mesmo que houvesse uma inspiração nas acepções filosóficas românticas acerca da construção de um espírito nacional, as condições proporcionadas pela velocidade que o mundo vinha ganhando com o advento da tecnologia da informação (Cinema, imprensa e propaganda, em especial) dificultaram a atenção às individualidades – o mesmo ocorre nos dias de hoje através da padronização das massas por meio do consumo. O Alemão deveria ser aquilo que lhe é proposto para que seja aceito enquanto alemão. As individualidades somem à medida em que se forma uma ideia coletiva de padronização das massas que se dá não de maneira democrática ao explorar o individual – como propunha Herder (2002 [1793-7]) – mas através de um poder totalitário, representado na figura de um líder que sabia o melhor caminho para as pessoas daquela nação. Em outras palavras, o líder padroniza as individualidades em um único conceito onde pertenceriam muitos: o povo. Dessa forma, o indivíduo desloca-se do próprio indivíduo, tornando-se uma unidade de muitos, com inspirações imaginadas, criadas pelas potências de um líder que haveria de construir, a qualquer custo, uma nação poderosa. Essa relação presente no *Reich* de Hitler está em total desacordo com as acepções românticas. Apenas no contexto descrito há de se observar a presença do líder messiânico – aquele que sabe os caminhos pelos quais a nação deve percorrer – como o princípio da ordem, o controle, para que os objetivos possam ser alcançados.

Segundo Safranski (2010), porém, dividia-se no círculo romântico a convicção de que o espírito alemão não estaria representado na grande política, mas na

dignidade que se mostra através da cultura. Haveria, portanto, uma preocupação na construção do homem alemão que se consolidaria na constituição (imaginada) de uma cultura. Ao invés de se preocuparem com guerras – devido à unificação tardia da Alemanha –, as atenções seriam dadas para educar o povo. Essa ideia seria ensaiada por Novalis, que enxergava a potência da comunidade como uma criança a qual se deveria proteger através de uma superioridade pedagógica dos governantes (ROMANO, 1981).

O espírito do mundo teria dado aos alemães a missão de promover a bela humanidade da Europa através da cultura. O atraso político unificador seria algo como um manifesto que permitiria à Alemanha tal missão. Os românticos, porém, não imaginaram que o mesmo atraso, ao invés de amadurecimento democrático e cultural, provocaria uma histeria evidenciada por ressentimentos – em especial no que se refere à Primeira Guerra Mundial – que teriam como consequência o uso da própria cultura para fins bárbaros. Os ressentimentos teriam uma origem histórica que, entre outros motivos, partiam de uma propaganda política difamatória.

Após a Revolução Francesa, o espírito nacionalista ganhou forças jamais vistas e, junto a isso, a construção de uma identidade com o solo a que se pertence. Contudo, o estabelecimento do homem identificado com seu território cria, também, aquele que não pertence, com cultura igualmente imaginada em contornos antagônicos. Se com a massificação da leitura houve a possibilidade de se criar uma sociedade mais unificada através de sua língua (ANDERSSON, 2015), foi esse mesmo fator que permitiu que a propaganda política criasse o inimigo comum, ao mesmo tempo em que solidifica a força do povo, resgatando, sempre, as origens míticas imaginadas daquela nação. Safranski relata sobre o surgimento da propaganda política sob pilares patrióticos:

em solo alemão assiste-se, nesses meses da guerra contra Napoleão, ao nascimento da propaganda política. Stein sugere que se crie – contra a inundação da Alemanha com “boletins e proclamações falaciosos e mentirosos” da gráfica de campanha de Napoleão – uma barreira de propaganda patriótica caseira. O poder de Napoleão, afirma Ernst Moritz Arndt, está amplamente baseado no medo que espalha, e por isso o povo deve ser esclarecido a respeito da sua própria força (SAFRANSKI, 2010, p. 170).

O renovado interesse pelo mito promovido pela propaganda política, anos depois, na Alemanha nazista, deixa pensar nas origens, numa narrativa pela qual se é carregado. Nasce do imaginário alemão o homem forte, porém ferido pelas derrotas

recentes e históricas, pronto para a guerra, para a morte. O fato fez com que Anderson (2015) relacionasse o nacionalismo a uma ideia fatalista. Em seu primeiro capítulo de *Comunidades Imaginadas* (2015) refere-se ao valor simbólico presente nos túmulos dos soldados desconhecidos como um dos mais representativos do nacionalismo moderno. Completa dizendo que o significado semântico produzido por esses monumentos ficam ainda mais evidentes ao tentarmos imaginá-los como túmulos de marxistas ou liberais mortos em combate, soaria estranho um monumento para tal. Contudo, um símbolo de derramamento de sangue em nome do solo de uma nação carrega um valor incomensurável. As raízes do nacionalismo estão, segundo Anderson, entre outros motivos, na morte “o último elemento de uma série de fatalidades” (ANDERSON, 2015, p. 36). Assim como propunham os românticos, há uma tendência de o eu tornar-se nós. A unidade do indivíduo torna-se a unidade do povo, mas que, porém, no nazismo, mecaniza-se em sua ânsia apolítica, estando dispostos a lutar por aquilo que foi imaginado e oficializado. Dessa mecanização emerge o romantismo de aço.

Com a ascensão do nazismo, a filosofia romântica é deturpada a fim de viabilizar a busca pelos poderes originais do solo. Há de se compreender, porém, que tal preleção por tal filosofia não vem ao acaso. Se o início dos anos 1920 teriam sido anos sombrios para a Alemanha, fazendo nascerem os mais profundos pesadelos oriundos da derrota e desmoralização proveniente da Primeira Guerra Mundial, a chegada das máquinas e o pensamento da Nova Objetividade trouxeram um novo vigor aos alemães (EISNER, 2002). Nesses momentos de prosperidade, o espírito romântico mantinha-se vivo apenas no interior e em pequenas cidades. Em Berlim, onde a nova lógica de produção mecanizada havia mudado a vida da cidade, um novo espírito ganha força, insensível ao romantismo, fazendo com que o abstrato – expressionismo, por exemplo, na arte – fosse perdendo espaço para o concreto, para a cientificidade. A crise econômica no final da década, porém, provocou “o agravamento das tensões políticas, com o crescimento do extremismo de esquerda e de direita” (SAFRANSKI, 2010, p. 309), revivendo um espírito revolucionário ao qual se introduziu um romantismo político.

Victor Klemperer afirma estar “absolutamente convencido de que existe uma estreita afinidade entre o nazismo e o romantismo alemão; Porque todas as características distintivas do nacional socialismo encontram-se no romantismo de forma embrionária” (KLEMPERER, 2013, p. 144). Em especial, como característica



fundamental que aproximaria o romantismo do nazismo estaria a deposição da razão, uma vez que o romantismo acusa a chamada ditadura da razão. Como dito, o perigo reside na aproximação entre política e romantismo, das paixões incontroladas de uma unidade nacional.

Contudo, é preciso que se questione o quanto e onde o Romantismo esteve inserido na consolidação do nacional-socialismo. O quanto porque é preciso compreender se realmente houve uma influencia tão significativa ou se suas aspirações foram realmente postas em prática. Onde porque, evidentemente, o Romantismo foi utilizado muito mais como instrumento de dominação vulgarizado, como máscara, do que como filosofia política.

Há de se perceber a instrumentalização do romantismo ao passo que suas tradições foram apropriadas como peça de uma engrenagem racionalista, burocrática, por parte das instituições que administravam a ideologia pela propaganda. Em especial, interessava à ideologia nazista as ideias sobre o povo e sua cultura, reinterpretações dos mitos em um organismo ligado ao Estado na busca pelos poderes originais do solo. Assim foi feito, a busca por uma narrativa que uniria os indivíduos partiria das histórias artificiais, criando hábitos, regras e uma vida em comunidade. É verdade, porém, que os estímulos originais já não existiriam em sua forma inicial, e a proposição é fazê-los nascer novamente, mesmo que não haja qualquer ligação próxima com seu tempo, ou seja, imaginá-los.

O Romantismo, então, serviria – para os anseios nazistas – como ferramenta para encontrar o povo como coisa em si, mesmo que tal busca se mostrasse completamente artificializada, longe das potências originais. Contudo, a busca pelos mitos e a ideia romântica do povo como “povo lingual” é mascarada por uma percepção realista de fundamentação biológica vulgarizada. Ao romantismo introduz-se um elemento de racionalidade científica que expõe as contradições acerca da veracidade da afirmação de que o nazismo é romântico.

O biologismo introduzido a uma concepção nacionalista promove uma unidade nacional a partir da concepção do homem puro, saudável, ariano. Aqueles pertencentes ao território Alemão deveriam estar delimitados sob tais características e, junto a isso, o ódio – importante característica nacionalista – àqueles que não pertencem a essa identidade. Ao inimigo desenha-se um novo contorno, não apenas aqueles que se encontram fora do território, mas o indivíduo inserido no território que não carrega as características fundamentais torna-se um inimigo de uma nação que

almeja ser grande. Desse biologismo perverso, doentes mentais e pessoas fisicamente deformadas caem na rede de alvos (Figura 2), mas também judeus, o qual o cosmopolitismo<sup>2</sup> irritava profundamente os ideólogos nazistas.

Quanto à concepção de organismo no Estado, o nacional-socialismo apresenta outra contradição em comparação ao pensamento romântico. O desejo por um Estado orgânico esteve presente desde o princípio, em oposição ao Estado mecânico proposto pelos filósofos iluministas. O Estado orgânico romântico deveria emanar da comunidade do povo, ou seja, daquilo que surge enquanto fenômeno da cultura de seu povo, tempo e espaço, não de algo que parece deslocado, estranho aos que o constituem. Contudo, assim apresentam-se as contradições:

já o primeiro programa do partido prometia que o nacional-socialismo iria “organizar o mundo que saíra do eixo e ordenar o caos organicamente”, para, da “mera massa”, formar “o todo coerentemente estruturado” da comunidade do povo. Isto era evidentemente direcionado contra o sistema parlamentar de Weimar, considerado mecânico, atomista e estranho ao povo. Os românticos, especialmente Adam Müller, teriam concebido a sociedade e o Estado como um organismo – em oposição ao Estado nivelador, mecânico, da Revolução Francesa. Mas como os nazistas sentiam falta do racial e do biológico no conceito de *Volkstum*<sup>3</sup> do Romantismo, assim também sentiam falta do princípio do líder no organismo romântico, e nesse sentido as ideias que os românticos desenvolveram sobre o organismo eram inúteis para seus objetivos; o Romantismo mostrava também aqui seu caráter passivo (SAFRANSKI, 2010, p. 319).

A comunidade que emana do povo entra em colapso à medida em que se vulgariza a concepção romântica de organismo introduzindo um líder quase religioso as suas aspirações. Religioso na ambição de converter a alma do povo, militar considerando que deseja construir um Estado paternal, rígido, pronto para a luta – em completa oposição ao Estado maternal romântica, preparado para dar conforto. Uma constante ordem universal a qual todos devem ser inseridos – no contrário o Estado tem a obrigação, através do uso da violência, de conter aqueles que não se enquadram –, extremo oposto do caos proposto pelos românticos. Joseph Goebbels

---

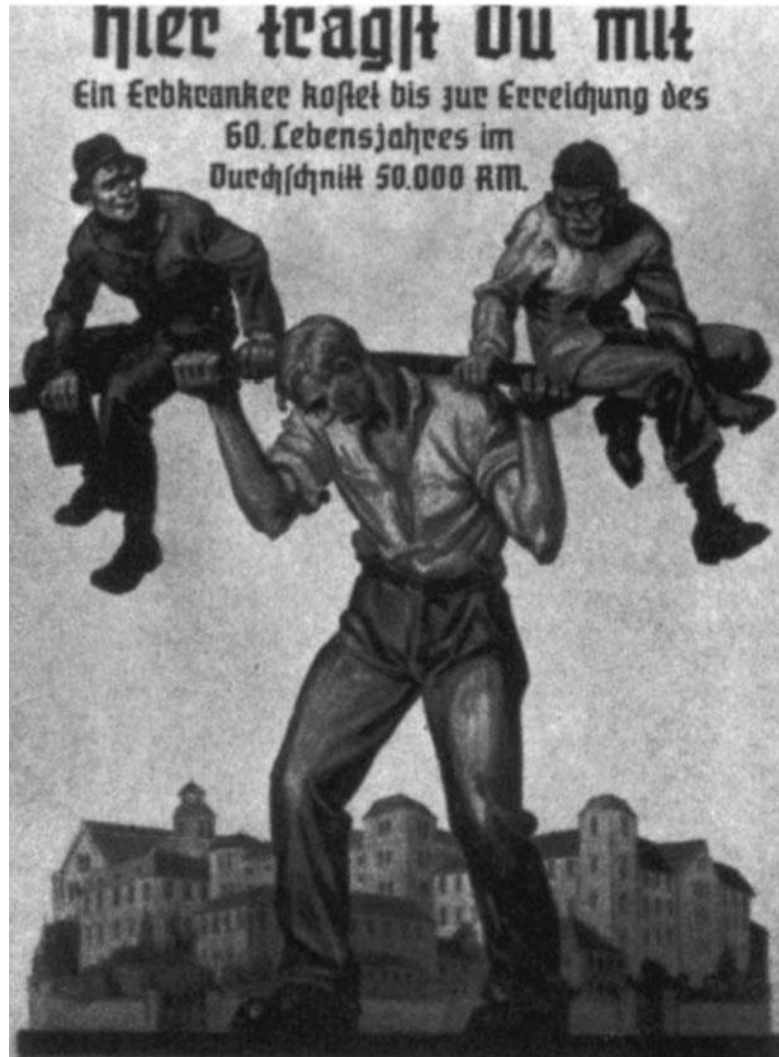
<sup>2</sup> O cosmopolitismo judeu está associado à ideia de uma etnia sem território que, na visão nacional socialista, era abominável em primeiro lugar por não pertencer a um espaço, em segundo por “espalharem-se como ratos”, infectando nações saudáveis com sua cultura degenerada. É possível perceber tal posição no documentário de propaganda nazista *O Eterno Judeu* (1940), de Fritz Hippler.

<sup>3</sup> *Volkstum*, segundo Safranski (2010), é um termo alemão que expressa uma “alemanização” da palavra nacionalidade, índole nacional. O termo foi criado por nacionalistas alemães no contexto das Guerras da Liberdade, em oposição aos ideais da Revolução Francesa. A etimologia da palavra *Volkstum* significa algo como Folclore, ou realizações da cultura popular.

conta em seu diário, por ocasião da visita de Hitler a membros do grupo paramilitar S.A. feridos em combate:

março passado, por volta de duas horas, Hitler visita os gravemente feridos. Um deles morre diante de seus olhos proclamando as palavras: Heil Hitler! Felicidade sem fim. Atrás de Hitler está a bandeira da SA com uma fita preta de luto. Este é o Romantismo de Aço do nosso tempo (GOEBBELS, 1999, p.598).

Figura 2 - "Aqui você está compartilhando a carga".



Legenda: Uma pessoa hereditariamente doente custa em média 50 mil reichmarks até os 60 anos de idade".

Fonte: Evans (2014). Caderno de Imagens.

Assim, como em outras passagens, introduz-se a ideia de uma era que, ao mesmo tempo deveria ser romântica e de aço. A fórmula desse novo romantismo, porém, nada mais é do que uma vulgarização do termo, uma vez que em sua própria nomenclatura apresenta contradições referentes a essência do ser romântico. O romantismo de aço nazista não desejava voltar aos tempos arcaicos, e o resgate dos

mitos seria proposto para construir uma sociedade extremamente tecnocrata desde sua infraestrutura, aos mecanismos de controle social, de extermínio do inimigo comum, e preparo para guerra. Mesmo na conquista de territórios a leste, o uso mitológico germânico como ferramenta de dominação era utilizado, mas sempre inserido de um biologismo vulgarizado que se contrapunha à crítica ao racionalismo técnico proveniente do romantismo histórico. No romantismo de aço, a técnica deveria fazer as pazes com a alma, pois, para que o Estado pudesse se desenvolver, seria preciso que o espírito do povo se conciliasse com as ciências naturais modernas que, sob a visão de lugar nenhum, prometiam dar as respostas para uma vida mais harmoniosa. Mais tarde, porém, a mesma racionalidade provará ser a engrenagem dos maiores desastres do século XX.

A crença em uma raça pura, em um darwinismo social onde o mais forte deveria sobreviver diante dos degenerados, era proveniente do pensamento trazido pela convergência dos impulsos românticos e as ciências modernas. Para tal, é importante perceber que a ciência produzida na Alemanha arraigava aspectos localistas à medida em que se assegurava sob interesses nacionais, em especial de dominação. As câmaras de gás são exemplo de ciência localizada e uma contradição romântica em razão de sua engrenagem administrativa extremamente racional.

Por outro lado, se havia uma profunda proposta racionalista na construção de uma nação poderosa através da aglutinação das ciências modernas, a mesma racionalidade não se ancorava na vida política. O desinteresse criava cidadãos apolíticos, e “a cultura foi carregada de religiosidade, a educação substitui a religião” (SAFRANSKI, 2010, p. 326). Assim como propunham os românticos, então, a educação seria fundamental na consolidação de uma nação com um povo unificado. No nazismo essa característica ganha novos contornos, criando seres apolíticos, indiferentes diante da política ao entregar uma aura religiosa de devoção e esperando respostas dela que somente as narrativas míticas poderiam oferecer – desde a escola, a juventude aprende a confiar e venerar, como seres quase metafísicos, aqueles que a governam (Figura 3). “A política era, para a maioria, um caso de briga entre partidos e de egoísmo.”, tendo sido vista como uma “traição aos valores da verdadeira vida: a felicidade em família, o espírito, a lealdade, a coragem.” (SAFRANSKI, 2010, p. 328). O desinteresse pela política ou, o interesse como lugar de onde todas as respostas emanam, abre espaço para um totalitarismo consentido.

Figura 3 - “Os jovens de Adolf Hitler matriculam-se na escola não confessional”.



Fonte: Evans (2014) – Caderno de Imagens

O mundo havia de se construir como uma obra de arte, sob valores estéticos. A relação conflituosa dos românticos para com a realidade demonstra uma clara aproximação com um subjetivismo próprio da arte, onde o objetivismo científico não teria lugar. A construção do território e daqueles que o pertencem devem ser constituídas tal como o mito heroico de *Siegfried*, valente, fiel, mas pronto para defender e conquistar novas terras. É possível perceber em Hitler a mesma inquietação romântica com a realidade vista pelos românticos que, contudo, certamente “não eram de modo algum românticas. Elas vêm das ciências vulgarizadas, moralmente devastadas e transformadas em ideologia: o biologismo, o racismo e o antissemitismo” (SAFRANSKI, 2010, p. 331), ou seja, reflexo do desenvolvimento de um racionalismo próprio do início do século XX.

### 1.3 A racionalidade moderna como causa nazista

O século XX, como propôs Eric Hobsbawm (2003), foi denominado a Era dos Extremos. O que faria desse século algo peculiar para levar tal alcunha, para abrigar duas grandes guerras e regimes totalitários os quais deixaram marcas de sangue na história, é o que se questiona. Nesse contexto está inserido o nazismo, frequentemente relacionado à filosofia romântica. Contudo, quão romântico foi o nazismo? Como visto, a crítica romântica parte do advento da racionalidade pura trazida pelos filósofos iluministas, entregando à razão uma posição quase divina que, mais tarde, seria acusada como uma das causas da morte de Deus (NIETZSCHE, 2009 [1883]). O que os filósofos românticos, e os que por este movimento foram influenciados acusavam era claro. Críticos à modernidade, afirmavam que esta teria dado à ciência uma posição a qual não deveria arraigar, buscando o rompimento com o que chamavam de *ditadura da razão* (SAFRANSKI, 2010). Sobre tal racionalidade levada ao último estágio Friedrich Schlegel, em sua análise sobre poesia, dirá ser a razão culpada por retirar do homem o caos originário, presente apenas na ideia,

pois este é o princípio de toda poesia, superar o percurso e as leis da razão racionalmente pensante e transplantar-nos de novo para a bonita confusão da fantasia, o caos originário da natureza humana, para os quais não conheço, até agora, símbolo mais belo que a multidão colorida dos antigos deuses (SCHLEGEL, 1994 [1797], p. 55).

O avanço da ciência enquanto conhecimento objetivo e o consequente desenvolvimento da técnica alimentava a esperança por um mundo melhor, estando estas a serviço do homem para uma cada vez mais avançada qualidade de vida. Havia de se atentar, porém, para os limites da técnica proporcionada pelo conhecimento científico, uma vez que esta buscava a tudo mensurar. Assim, Schelling (1985, p.47, apud SAFRANSKI, 2010, p. 56) irá defender que seria necessário encerrar “o ousado empreendimento da razão, tirando a humanidade dos pavores do mundo objetivo”.

Os românticos propunham uma filosofia de valor estético, um mundo como obra de arte. A *ditadura da razão*, contudo, ao mensurar, ao explicar as coisas da vida sob valores objetivos, desmistificava o mistério e arruinava a arte em seu sentido vital. A razão estaria matando as paixões. O avanço dos meios técnicos é inevitável. Com a chegada do século XX, – e mesmo antes – o desenvolvimento da medicina, das redes de transportes, comunicação, engenharia e demais modelos técnicos alteravam a

lógica espacial e faziam o homem cegar-se dos problemas que esta poderia trazer, dos limites alertados por filósofos românticos tais quais Schlegel e Schelling. As noções de progresso oriundas do Iluminismo e, sobretudo, da Revolução Francesa precisariam ser rompidas (BERLIN, 2004 [1965]), segundo os românticos.

Assim, Heidegger (2012 [1954]) dirá ser seu tempo e os que estão por vir os da ciência e, portanto, da técnica em sua relação dialética – em especial com as ciências da natureza. A preocupação do filósofo residia no fato de que o desenvolvimento tecnológico teria feito com que o humano estivesse cada vez mais se distanciando do ser. Em o Ser e Tempo (2005 [1927]), Heidegger afirma que o ser é algo que não se explica, caso contrário torna-se coisa, ente. Assim como acusavam os românticos, contudo, a racionalidade teria tratado de a tudo mensurar, a tudo entregar uma explicação, tendo como consequência, em última instância, a coisificação do homem.

Para que se entendam os limites da técnica moderna, contudo, é preciso que se tenha em mente sua essência e seu princípio de causalidade, proposto na doutrina das quatro causas de Aristóteles: causa formal, material, eficiente e final (ARISTÓTELES, 2002 [335-323 AC]). A causa formal seria, para o autor, onde o objeto identificado define sua essência, através da forma; a causa material se identifica pela matéria da qual a coisa é feita; por causa eficiente entende-se por aquilo que deu possibilidade à existência da coisa, a técnica empregada ou o agente realizador; à remate, a causa final é a razão pela qual algo existe. Portanto, segundo o princípio aristotélico, há uma cosmologia a qual todas as coisas da natureza estão predispostas a fazer, uma função.

Há de se perceber, porém, implicações referentes à doutrina proposta por Aristóteles no mundo moderno. Em especial no que se trata da causa da existência da coisa – causa final –, como será possível ver mais adiante, percebe-se, com a instauração das técnicas modernas, um constante reestabelecimento da causa final não mais enquanto fim, mas como meio. Assim, Heidegger dirá que buscar a essência de algo é, antes de tudo, perguntar o que é. Uma das respostas mais convencionais para tal questionamento reside justamente na causalidade, pois o princípio instrumental da técnica não responde sua essência (HEIDEGGER, 2012 [1954]). Por causa entende-se algo que, por consequência, gera um efeito. Portanto, técnica seria uma causa para um determinado fim, ao buscar um fim, implica-se um meio, a própria técnica. Contudo, é possível analisa-la também como uma atividade humana, uma

vez que há uma relação de reciprocidade entre técnica e homem em seus termos de existência. É uma atividade humana porque este procura estabelecer fins, busca usar meios para alcançá-los. É recíproco porque pertence à técnica a produção e o uso de ferramentas e máquinas, o próprio meio.

Precisamente, a essência de um objeto não se desloca daquele que impõe a ação. Portanto, em especial no mundo moderno, onde a velocidade imposta por um sistema de ações modifica e reorganiza as formas espaciais, o sistema de causalidade aristotélico se demonstra inviável ao separar a forma da ação. Acontece que o fenômeno vital de um objeto surge em sua função, em sua relação com a ação, ou seja, a essência de determinado sistema de objetos se dá naquilo em que ele é capaz de produzir sob juízo de determinada ação. Isso acontece – e mais uma vez, em especial no mundo moderno – pois os sistemas de objetos, pertencentes ao espaço, possuem formas que, ao serem submetidas a sistemas de ação diferenciados, adquirem uma resposta diferente, uma nova essência. Assim sendo, a forma em si, desvincilhada daquilo que a introduz sentido, não se configura como essência. Uma vez estando os objetos em locais diferentes ou passando por um processo de ressignificação temporal, uma mesma forma pode assumir significados distintos. O sistema de objetos e o sistema de ações não podem se deslocar entre si, desvincilhá-los é, portanto, uma impossibilidade (SANTOS, 2014 [1996]).

A técnica moderna, ainda assim, tanto em Santos (2014) como em Heidegger (2012), mantém-se um meio para um fim. Sua condição instrumental, porém, impõe ao homem um relacionamento direto com a técnica. Tudo depende de manipular a técnica enquanto meio com a pretensão de dominá-la. À medida em que a busca científica é uma constante sem fim – ao chegar à sua causa final, novas verdades precisam ser re-descobertas – este dominar ganha caráter de urgência ao ponto que a técnica aparenta escapar do controle humano. Novamente usando a flecha de Zenão como elucidação, há de se perceber que ao se atirar a flecha e o alvo atingir, um novo alvo surge, superado que foi o primeiro – ainda melhor, Zenão afirma ser um paradoxo o ato de uma flecha alcançar o seu alvo. Atirar a flecha, porém, é o ato técnico, o meio pelo qual se impõe uma ação e valores de acordo com o indivíduo que maneja os instrumentos. Então, novamente se emprega a técnica sob os instrumentos para mais uma vez o alvo tentar alcançar. A verdade, porém, é que não há domínio sobre a técnica, o que há é seu uso e da necessidade de sua aplicação para encontrar novas respostas que subitamente são superadas. Nessa busca infinita pela qual a



técnica e seu uso manifestam real relevância, surge a velocidade como consequência dessa relação. Em outras palavras, a constante necessidade de aplicar novos meios para descobrir a natureza – termo usado por Heidegger (2012 [1954]) que será dissecado mais à frente – implica em um uso cada vez mais veloz das técnicas, acelerando as mudanças, mas jamais chegando nas respostas. É o que fez Milton Santos afirmar que “como a inovação é permanente, todos os dias acordamos um pouco mais ignorantes e indefesos” (SANTOS, 2008, p. 19).

Dizer que a técnica é um meio para chegar a determinado fim, portanto, está correto. Contudo, não chegam à essência da mesma, muito menos responde sobre a essência da técnica moderna. Essência não é forma e, muito menos, sua causa final, a utilidade. A essência de uma coisa reside no seu vazio, no que lhe permite preencher, na ação. Assim, técnica é “uma forma de descobrimento. Levando isso em conta, abre-se diante de nós todo um outro âmbito para a essência da técnica. Trata-se do âmbito do descobrimento, isto é, da verdade.” (HEIDEGGER, 2012 [1954], p. 17).

O homem moderno vê-se especialmente desafiado a comprometer-se com o descobrimento à medida em que a técnica se desenvolve, o que faz parte da idade da técnica. A modernidade – e o sistema capitalista – “lida com a natureza, enquanto o principal reservatório das reservas de energia” (HEIDEGGER, 2012 [1954], p. 24), sendo a natureza objeto de manipulação, exploração ou, como afirma David Harvey, “a reprodução do capitalismo implica a realização de novas geografias e que a criação de novas geografias, por meio da destruição criativa do velho, é uma boa forma de lidar com o problema permanente da absorção do excedente de capital” (HARVEY, 2011, p. 174). A natureza como reservatório das reservas de energia e a destruição criativa da natureza são termos que se completam e dialogam com a questão da técnica moderna. É possível dizer, portanto, que o advento das ciências modernas está profundamente relacionado com o sistema de exploração e manipulação da natureza.

Em especial, o nascimento das ciências da natureza está intimamente associado a este processo, encarando a natureza como um sistema calculável de forças, o mesmo sistema racionalista, porém avançado, que os românticos outrora acusavam. O fato não se dá apenas em sua condição prática, no uso dos instrumentos e ferramentas, mas também em sua condição teórica, onde busca expor o espaço como um sistema de forças que se pode previamente manipular através de técnicas.

Contraopondo aos dias de hoje, o desencobrimento da natureza promovido em tempos do meio natural se dava a partir de uma adaptação ao meio. A exploração, porém, em tempos da racionalidade moderna e do meio técnico, à medida em que armazena forças, pressupõe que o desencobrimento – a busca pela verdade – da natureza já está predisposto a promover outra coisa, aproveitando o máximo de rendimento possível que a natureza pode oferecer. Por assim dizer, como já dito anteriormente, no momento que se desencobre determinada resposta, esta já não é tão satisfatória ao passo que se busca uma nova logo a seguir, em uma velocidade cada vez mais incessante. A inquietação romântica em relação ao interesse moderno em buscar respostas universais e calculáveis através da natureza se faz presente, portanto. Assim como esse ciclo que contempla o uso da técnica jamais abarca a essência da própria técnica, mas sua utilidade. Assim, na condição moderna do III Reich, o holocausto não poderia ser uma causa em si mesmo, uma adaptação. O ódio aos judeus não nasce no século XX, muito menos residia apenas na Alemanha, mas o genocídio não poderia acontecer em outro tempo que não a modernidade.

A exploração do homem, reduzido à coisa, predispõe uma série de possibilidades, onde o genocídio ganha uma gama de valores fora de si. A burocracia moderna, como demonstrou Hannah Arendt ao falar da engrenagem nazista (ARENDR, 2013 [1963]), impulsionada pela racionalidade vigente, criava uma verdadeira indústria de extermínio, onde o ser tornava-se coisa – tanto as vítimas do desastre nazista, como os agentes burocráticos da engrenagem para dar utilidade à grande máquina – e a natureza era armazenada para dar prosseguimento à linha de produção. Há uma dificuldade de compreender a causa final em tempos da técnica, sobretudo através da racionalização desta. O contato com a eficiência de sua própria criação – a tecnologia – criou, portanto, as possibilidades para o holocausto, não um devaneio irracional de um homem isolado na história. Não há nada mais racionalizado que a concepção do holocausto. Por falar em razão, não se deve assimilar a ideia, historicamente associada a um valor essencialmente humano, necessariamente como uma potência essencialmente boa. Segundo Bauman:

à medida em que o quadro completo emerge da pesquisa histórica, surge também uma interpretação alternativa do Holocausto – possivelmente de mais crédito – como um evento que revelou a fraqueza e fragilidade humana quando confrontada com a simples eficiência dos mais acalentados produtos da civilização; sua tecnologia, seus critérios racionais de escolha, sua tendência a subordinar pensamento e ação à praticidade da economia e da eficiência. O mundo hobbesiano do Holocausto não veio à tona saindo de sua sepultura rasa demais, ressuscitado pelo tumulto das emoções irracionais.

Apareceu num veículo de produção industrial, empunhando armas que só a ciência mais avançada poderia fornecer e seguindo um itinerário traçado por uma organização cientificamente administrada. A civilização moderna não foi a condição suficiente do Holocausto; foi, no entanto, com toda a certeza, sua condição necessária. Sem ela, o Holocausto seria impensável. Foi o mundo racional da civilização moderna que tornou viável o Holocausto. “O assassinato em massa dos judeus da Europa pelos nazistas não foi apenas realização tecnológica de uma sociedade industrial, mas também sucesso de organização de uma sociedade burocrática (BAUMAN, 1998, p. 32).

Como a civilização moderna foi a condição necessária para o holocausto? Na compreensão de que o extermínio em massa está intimamente ligado à disponibilidade de especializações muito bem coordenadas, seguindo uma lógica de produção meticulosamente precisa. O desencobrimento, provindo da técnica moderna, explora a natureza, onde o que é extraído é transformado, estocado, distribuído e reprocessado (HEIDEGGER, 2012 [1954]), e assim foram os campos de extermínio. Há um processo burocrático que não finda em si. Assim como a exploração da natureza – e não é ao acaso – a cultura burocrática permite que se veja a sociedade “como objeto de administração, como uma coleção de tantos “problemas” a resolver, como “natureza” a ser controlada, “dominada” e “melhorada” ou “refeita”” (BAUMAN, 1998, p. 37).

O surgimento da ciência moderna e sua técnica impulsionou a criação de objetos técnicos com funções sobredeterminadas. Em outras palavras, o objeto pelo qual se aplica uma causa final, uma função, não é determinante, mas assume resultados subordinados ao subsequente, sendo impossível responder sobre a essência por sua finalidade. Desse modo, quanto mais próximo da natureza é o objeto, ou seja, quanto mais necessita adequar-se à natureza, mais imperfeito é. Por outro lado, quanto mais tecnicizado, quanto mais descolado da natureza, quão mais capaz for o objeto de medir as forças da realidade, mais perfeito, ao modo que a natureza se instala nos objetos, tornando-se também um objeto, permitindo ao homem maior controle sobre esta (SANTOS, 2014). Onde está, contudo, o homem nessa determinação? À medida em que explora as energias da natureza, torna-se também técnica. No mundo moderno o homem é subserviente a uma indústria da qual o que explorou está fora de seu controle no que se refere ao produto final. O homem torna-se uma das engrenagens – um meio – de uma indústria que pode, por fim, produzir energias para fins pacíficos, um campo de extermínio em massa ou até mesmo a bomba atômica. É o caso, novamente, do julgamento de Eichmann relatado por Hannah Arendt (2013 [1963]), onde o administrador do programa de Solução Final

judaica (*judenfrei*) afirmava apenas assinar papéis. Mesmo que não reflexivamente o homem torna-se técnica, um meio, como já dito, distanciado da causa final.

Langdon Winner lembra, porém, que “devemos ter olhos atentos aos objetos técnicos individualmente, o que não quer dizer que podemos ignorar os contextos em que esses objetos estão situados” (WINNER, 1986, p. 39). A afirmativa de Winner vai ao encontro a Milton Santos, quanto este diz que “o espaço que determina os objetos: o espaço visto como um conjunto de objetos organizados segundo uma lógica e utilizados (acionados) segundo uma lógica” (SANTOS, 2014, p. 40), ou seja, um mesmo objeto possui modos de uso ou funções diferentes de acordo com sua localidade. Mais uma vez se faz importante salientar a inseparabilidade do sistema de objetos e o sistema de ações, pois os objetos somente eles nada são senão formas, por outro lado, a ação não se dá fora de um sistema de objetos.

Pensar os campos de concentração e sua diferença funcional sob contexto do nazismo é diferente de concebê-lo hoje, um bom exercício para ter a percepção espacial dos sistemas. Em primeiro lugar a empirização do tempo é provocada pelo espaço, pois o tempo torna-se materialidade ao manifestar-se nas formas dos objetos do passado. Dessa forma, percebemos nas formas espaciais provenientes dos campos de concentração sua terrível capacidade destruidora que, porém, retém sua função no passado, vive apenas enquanto forma e símbolo. Em segundo, a manifestação do espaço como um fenômeno do agora, não do passado, uma vez que as formas de antes, sob um novo sistema de ações, adotam uma nova funcionalidade completamente diferente da anterior. Portanto, as mesmas formas passadas adotam novas funções, dando aos objetos uma nova essência provocada por diferentes ações. Um mesmo campo de concentração ganha, sob juízo do agora, a característica de monumento. Um mesmo objeto, duas funções. Antes indústria de extermínio, hoje museu.

A metafísica da modernidade é fundamentada na ciência e na técnica, as quais buscam a tudo explicar. A exploração expõe ao sujeito sua relação com a matéria, com o objeto, inserido no tempo da técnica. Esta relação entre o homem e o objeto neste contexto entrega às coisas uma funcionalidade essencialmente fora da própria coisa, afinal, a função de algo está sempre fora dela – e por função, como visto anteriormente, não se trata de essência. Sendo a técnica o cerne da modernidade, tudo se torna manipulado e manipulável. Em suma, ao final da linha de produção burocrática, da exploração, extração, transformação, estocagem, distribuição, tudo é

feito para o homem e este manipula tudo. Pertencente a esse sistema, porém, como engrenagem para a máquina, o homem torna-se também objeto passível de manipulação.

A manipulação banaliza, explica e, portanto, coisifica (HEIDEGGER, 2012 [1954]). Através da técnica moderna os homens teriam se tornado coisa e, em seu limite, há a banalidade da violência, a interpretação da guerra como algo corriqueiro, natural. A crise da racionalidade parte das frustrações provindas da mesma, a presunção de que a técnica serviria ao homem, para seu bel prazer, mostra seu lado perverso. Encontra-se em contradição a máxima científica do constante avanço progressivo do desenvolvimento tecnológico em sua relação direta com a humanidade. Ao passo que a técnica se desenvolve, o homem torna-se máquina, engrenagem para, no seu limite, a guerra. Assim o mundo veria os grandes desastres do século XX: a bomba, o holocausto, as duas grandes guerras e onde, também, o nazismo estaria inserido.

A comunidade científica nazista, como amplamente divulgada, foi capaz de atrocidades em nome de um desenvolvimento científico. Uma visão positiva de experimentação do mundo sob valores unicamente objetivos, promove o que Jurgen Habermas (1972) acusa como um deslocamento do interesse nas relações cognoscitivas. O interesse técnico, como Habermas chama a ciência empírico-analítica, permite ao ser humano, através do trabalho, controlar os objetos da natureza. Elaborando um diálogo, portanto, entre Habermas (1972) e Heidegger (2012 [1954]), percebe-se que, à medida em que o homem torna-se coisa, passível de manipulação, torna-se também passível do controle pela técnica. A racionalidade científica levada ao seu extremo teve como consequência paliativa – no caso do cientificismo vulgar nazista, pautado em um biologismo eugenista – a assinatura do Código de Nuremberg (1949, p. 181-182), onde são listadas algumas normas a serem seguidas com relação à experimentação em humanos, dentre elas o consenso voluntário com o experimento.

Thomas Kuhn irá afirmar que há uma relação mútua entre a comunidade científica e um paradigma. Segundo Kuhn, “um paradigma é o que os membros de uma comunidade científica compartilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que compartilham um paradigma” (KUHN, 1996 [1962], p.176) – no nazismo, por exemplo, a experimentação involuntária era uma prática paradigmática em nome do desenvolvimento científico nacional. A partir dessa

afirmação é possível dizer que um paradigma é proposto por uma comunidade científica que o aceita como tal, utilizando métodos compartilhados por todos e, ao ser aceito, o paradigma se estabelece como ciência normal. No nazismo, porém, o paradigma estabelecido ganha contornos hegemônicos de dominação, enfrentando duas questões cruciais.

Em primeiro lugar, não passa pelo sistema de falseabilidade proposto por Karl Popper, onde admite “um sistema como empírico ou científico apenas se for capaz de ser testado pela experiência. Estas considerações sugerem que não a verificabilidade, mas a falseabilidade de um sistema deve ser tomada como um critério de demarcação” (POPPER, 2005 [1934], p. 18). Em outras palavras, a ciência será sempre provisória, não sendo possível confirmar a veracidade de uma teoria apenas pela sua verificação, pela constatação de que os resultados são positivos. Um paradigma o é, portanto, até que este seja falseado. Uma teoria eterna e imutável não poderia ser considerada científica (POPPER, 2005 [1934]). O nazismo carrega consigo o estigma de um cientificismo vulgarizado pautado em narrativas mitológicas de um biologismo racial funcional, na tentativa de construir um espírito imaginário nacional moral pautado no mito da raça pura que, por sua vez, não pode ser falseado. Por assim dizer, a ciência nazista se aproxima muito mais de um valor messiânico religioso com ambições racionalistas. Mais uma vez, o uso do mito da pátria como máscara.

Em segundo lugar, é preciso compreender o caráter localista da produção científica nazista o que, a priori, não é um problema em si, mas que obedece a critérios relativos, de interesses hegemônicos, onde o Estado financia o que é uma ciência válida para a nação. É evidente que, sob tais questões, a comunidade científica que estabelecia os paradigmas de uma ciência localista dentro de um sistema totalitário estaria de acordo com as narrativas vendidas pelo nazismo como verdade. Somado a isso, Bourdieu irá afirmar que:

enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em batalhas anteriores), o campo científico é o locus de uma competição no qual está em jogo especificamente o monopólio da autoridade científica, definida, de modo inseparável, como a capacidade técnica e o poder social, ou, de outra maneira, o monopólio da competência científica, no sentido da capacidade – reconhecida socialmente – de um agente falar e agir legitimamente em assuntos científicos (BOURDIEU, 1975, p. 19).

Bourdieu propõe, então, que essa ciência enquanto sistema objetivo, que vende uma verdade a ser seguida, cria um campo de lutas pelo discurso hegemônico, a autoridade científica. A comunidade científica, ao estabelecer paradigmas, estaria de acordo com um discurso de autoridade que, no caso nazista, parte do Estado como financiador de tais moldes científicos, reconhecendo socialmente aqueles que praticam o discurso paradigmático. Portanto, “a luta pela autoridade científica, um tipo particular de capital social que dá poder sobre os mecanismos constitutivos do campo” (BOURDIEU, 1975, p. 23).

Ao mesmo passo, de forma que se conecta ao modo de fazer ciência nazista, Michel Foucault sugere que “as pessoas utilizam o saber para adquirir poder” (UNWIN, 1995, p. 54). Dessa forma, a ciência normal produzida pela comunidade científica nazista nada mais seria que uma relação direta entre poder e saber, onde se adota um sistema estabelecido como verdade. Como afirma Foucault, “cada sociedade tem seu regime de verdade, sua 'política geral' de verdade: isto é, a tipos de discurso que aceita e faz funcionar como verdade” (FOUCAULT, 1980, p. 131), assim, os paradigmas aceitos e posteriormente praticados como ciência normal estão intimamente ligados com a relação da verdade com critérios estritamente locais, onde aqueles que não seguem tais paradigmas estão silenciados pela relação de poder adquirida pelo saber científico. Sobretudo, a hegemonia concedida pelo poder adquirido através do conhecimento é suporte para tais paradigmas em regimes totalitários, em especial ao usar a noção de paradigma como um sistema imutável, uma verdade absoluta, religiosa.

O historiador Ian Kershaw afirma que “sem dúvida, uma explicação adequada do nazismo é uma impossibilidade intelectual. No nazismo, temos um fenômeno difícil de submeter-se à análise racional” (KERSHAW, 2015 [1985], p. 19). Põe-se em suspeita, aqui, a certeza exposta por Kershaw. Há de se compreender a profunda ligação entre os tempos da técnica e sua manipulação com as atrocidades cometidas pelo regime nazista. É preciso dizer, porém, que a culpabilidade das catástrofes não recai sobre a técnica, mas à racionalidade levada ao último grau que a manipula, tornando possível que os desastres ganhem dimensões antes inimagináveis. Se há algo de romântico no nazismo, se há impulsos “irracionais”, seus anseios só foram possíveis através de um racionalismo técnico alavancado pelo surgimento das ciências modernas. Mais que isso:

sugiro que foi o espírito da racionalidade instrumental e sua forma moderna, burocrática de institucionalização que tornaram as soluções tipo Holocausto não apenas possíveis, mas eminentemente “razoáveis” – e aumentaram sua probabilidade de opção. Este aumento de probabilidade está mais do que casualmente ligado à capacidade da burocracia moderna de coordenar a ação de grande número de indivíduos morais na busca de quaisquer finalidades, também imorais (BAUMAN, 1998, p. 37).

Não se trata, porém, de uma explanação que visa desprezar o objetivismo científico, mas compreender seus limites. Por muito tempo, – e ainda hoje – portanto, vinculou-se o Nacional-Socialismo à filosofia romântica. Suas ambições movidas pelas paixões estéticas, pelos impulsos quase instintivos provocaram tal equívoco lógico. O motor que punha a máquina a girar tinha acepções racionais. A técnica permitiu que os anseios mais primitivos do homem surgissem em larga escala. A relação dialética de um sistema de objetos técnicos manipulados numa velocidade jamais vista por um sistema de ações, esses sim, movidos por um ódio historicamente já percebido em momentos de crise, reverberou o desastre. Um retorno à primeira oração deste capítulo reforça esta relação entre técnica, espaço e tempo. Foi dado por Eric Hobsbawn o nome de Era dos Extremos (2003 [1994]), o período aqui já mencionado. Extremos, pois, apenas sob amparo das ciências e técnicas modernas foi possível revelar os grandes desastres, um momento como jamais antes havia sido visto onde razão e emoção mostraram ser o mesmo, realinhando as lógicas espaciais:

– “Tão frio, tão gelado que queima os dedos! A mão que o toca recua de pavor!”  
 – E é por isso que alguns o acham ardente” (NIETZSCHE, 2011, p. 82). Assim é a relação da racionalidade e dos impulsos na modernidade. Em seus extremos, a racionalidade – a mesma que trouxe os avanços da medicina e uma vida mais longa – permitiu a criação de objetos de destruição em massa, uma indústria da morte. Os impulsos, por outro lado, condicionados pela técnica, foram alçados a patamares jamais vistos. Para além do bem e do mal, da necessidade dicotômica de relacionar as coisas, a racionalidade e os impulsos caminham juntos, são o mesmo.

A proposição teleológica aristotélica, – a qual designava a explicação em razão da finalidade (BOWLER, 1998) – base fundadora do pensamento moderno, tem como consequência primordial a separação do homem da natureza, sobretudo pelo advento da razão. A máxima proposta por Descartes, pai do racionalismo moderno, em O Discurso do Método, “*Cogito ergo sum*” (2001 [1637], p. 38), demonstra com clareza o mesmo afastamento do homem da natureza. O método nasce da instauração da dúvida absoluta, hiperbólica, onde há de se duvidar de tudo à medida em que os



sentimentos podem enganar. Há, porém, de se confiar na própria dúvida, aquilo que faz pensar e por fim, ser. Estabelece-se, pelo princípio teleológico da causalidade, portanto, que o ser está intimamente ligado ao pensar, logo, aquilo que não pensa não é. A distinção do homem em contraposição à natureza, nesse caso, se daria pela razão. Freud (2010 [1929]), assim como será possível observar também em Ratzel, propõe uma reaproximação do homem com a natureza, ao designar uma potência selvagem à natureza humana.

Há no homem, segundo Freud (2018 [1930]), algo que o difere dos demais seres naturais, mesmo que isso não o separe da natureza: a razão. Esta, percebendo a necessidade de defender-se, promove uma sabotagem das potências mais selvagens, as vontades primitivas, ao entregar as individualidades a uma instituição que cuidará de sua autopreservação e garantirá uma vida em grupo. Daí surge a civilização, o mal-estar e o poder. Dessa aproximação da natureza com o ser, das razões com a emoção, há de se conferir ao pensamento freudiano um espaço que se apresenta em um hiato entre o Iluminismo e o romantismo (FRANÇA, 2012) e, portanto, fruto do embate dessas duas correntes. Ao mesmo tempo em que Freud se mostra crente nos poderes da razão em explicar a realidade, reaproxima o homem da natureza, não tornando-o um agente exógeno a esta. Sua concepção de homem parece naturalmente romântica: obscura; tomada pelo desejo; pelos impulsos; pelo mistério; pelas paixões. São esses os elãs vitais que, porém, clamam por controle, por segurança – o mal-estar.

A construção do espaço e território alemão desde a chegada do nazismo esteve intimamente ligada a essa condição em que a racionalidade e as emoções são levadas ao extremo, encontrando-se em um ponto comum. O que poderia ser considerada uma grande profetização – ou melhor, uma precisa leitura da civilização – Freud (2018 [1930]) publica, em 1930, *O Mal-estar na Civilização*<sup>4</sup>. Na obra o autor discute o estado do sentimento de desproteção à medida em que o eu se desloca do mundo, ou seja, quando há a percepção do mundo exterior. A cultura, portanto, seria o lugar no qual o ser revoga sua individualidade a fim de sentir-se protegido na coletividade, provocando o mal-estar ao passo que se reprime os impulsos. A confirmar tal

---

<sup>4</sup> Em seu original *Das Unbehagen in der Kultur* ou *O Sentir-se Desprotegido na Cultura*. Importante salientar que Freud não fazia distinção entre os termos Cultura e Civilização, tendo sido do próprio o pedido para a tradução na língua inglesa usando o termo Civilização. Quanto ao sentir-se desprotegido é justamente a causa do mal-estar na civilização.

informação Freud dirá ser “impossível não enxergar em que medida a cultura está alicerçada na renúncia aos impulsos, o quanto justamente ela pressupõe de não satisfação de impulsos poderosos” (FREUD, 2018 [1930], p. 146). A civilização, contudo, como já dizia Bauman (2008), é como uma casca fina e “não é fácil entender como se torna possível privar um impulso de sua satisfação. Isso não é de forma alguma tão inofensivo; caso não seja compensado economicamente, deve-se estar preparado para sérias perturbações” (FREUD, 2018 [1930], p. 146-7), visto que a civilização é marcada por impulsos violentos.

A derrota na Primeira Guerra Mundial e as consequências por essa criadas faziam emergir no alemão comum com maior vivacidade o mal-estar provocado pela repressão de seus impulsos violentos, daí as perturbações. Faz-se necessário, aqui, a distinção entre cultura e natureza, onde Freud apresentará a cultura como aquilo que distingue a vida humana da vida dos bichos, abrangendo toda a capacidade de dominar as forças da natureza para o fim de obter satisfação das necessidades humanas e estabelecer as relações entre os homens. A gênese da existência espacial moderna é oriunda das narrativas judaico-cristãs que constituem a desvinculação do homem com o espaço, tornando o espaço uma entidade externa – vide a ideia metafísica do paraíso. Assim os entes corpóreos estão no espaço, não são o espaço (MOREIRA, 2007) e como afirmou Bauman, “só a sociedade moderna pensou em si mesma como uma atividade da cultura ou da civilização” (BAUMAN, 1998, p. 7), ou seja, como cultura e civilização são oriundas da racionalidade da vida em grupo, ao passo que “civilização moderna” é um pleonasma, a cultura se desvincula da atividade espacial, sendo ela uma atividade no espaço, não do espaço.

Através da civilização, portanto, o manuseio dos sistemas técnicos e da ciência que, como já discutido, são levados ao último grau na modernidade. A casca fina da civilização, porém, rompe, e dela nasce a serpente do totalitarismo em meio ao surgimento dos impulsos mais animais. Faz-se importante fortalecer a ideia de que sem a condição moderna e os sistemas técnicos proporcionados pelo cientificismo que dela são naturais, não seria possível o romper da casca em escala megalomaniaca durante o século XX e, em especial, como busca entender a pesquisa, no caso alemão. A racionalidade esbarra na pulsão de morte.

Indo além, a construção do espaço alemão está diretamente interligada com o fenômeno dialético em que relaciona espaço, tempo, técnica e emoções. Não há um sem os outros. Não há tempo sem espaço, e o tempo materializado nas técnicas

manifesta um sistema movido por ações, racionais ou partidas do princípio da vontade. O mal-estar na civilização reflete nas organizações espaciais, imprimindo seus símbolos em sistemas de objetos técnicos que, pensados sob a égide de seu tempo, são submetidos a ações que expõem os impulsos de morte mais agressivos. O que parecem apenas formas pensadas isoladamente ou sob novas funções hoje, quando sob juízo das ações de seu tempo, carregam significado que se relaciona aos impulsos violentos tensionados. No que carece à exemplificação, rodovias e ferrovias (objetos) foram criadas, cortando o território e modificando as lógicas espaciais, a fim de justificar as vontades violentas reprimidas antes da chegada do nazismo, o extermínio.

O resultado de tal mecanismo racional teve suas marcas expostas na paisagem. Essas marcas, porém, possuíram sua dimensão material – à medida que se intencionava racionalmente construir uma Alemanha moderna – e outra imaginada, onde o romantismo teve um papel fundamental enquanto máscara na consolidação de uma ideia que atingiria a comunidade do povo.

## 2 **LANDSCHAFT: A MÁSCARA ROMÂNTICA NA PAISAGEM ALEMÃ**

Todos que dão forma e organizam a vida procuram uma base correta; a rocha sobre a qual construir. Essa fundação raramente é encontrada dentro da tradição – que é provavelmente ilusória e fugaz. Os grandes pintores não procuram seus temas entre aqueles que foram perdidos nas areias do tempo, mas, ao contrário, exploram o foco real e profundo de seu próprio tempo. Só assim eles podem criar sua própria técnica e estilo de pintura.

*Franz Marc. (2013, p. 3).*

O nazismo foi um movimento político inserido no auge do racionalismo moderno e das ciências naturais. Contudo, houve por parte da política de Estado alemã um uso indiscriminado do romantismo como máscara para tais anseios racionais. Evidentemente, a superficialidade que as leis universais conseguem atingir semanticamente nas pessoas, não comporta a profundidade dos valores criados pelos mitos, mistérios, alegorias e símbolos. Por assim dizer, o romantismo seria fundamental para consolidar os anseios nazistas no espírito daqueles que pertenceriam aos limites do Estado, o povo.

Nesse sentido, a paisagem seria fundamental na consolidação desses mitos fundadores, tornando-se mecanismo de construção de um mito unificador. Para compreender o papel da paisagem inserida no conceito nazista – sob a lógica da racionalidade moderna, mas aproveitando-se das proposições românticas – será fundamental que em um primeiro momento se discuta o conceito chave aqui descrito. Por assim dizer, uma análise do conceito de paisagem será realizada para compreender a diferença do termo original do alemão, diferente em sua significação quando comparado a etimologia francesa e inglesa.

Em um segundo momento será necessário compreender para onde o crescimento do Estado alemão se direcionava, que paisagens, portanto, desejava abarcar. Invariavelmente o uso de Ratzel se faz importante a medida que suas proposições abarcam o caráter racionalista do crescimento darwinista orgânico do Estado. Entretanto, o contexto histórico apresenta o uso do romantismo como máscara de tais feitos para consolidar no espírito daqueles que a esse território

pertencem a necessidade de uma Alemanha forte. Nesse contexto a paisagem seria fundamental, sobretudo na massificação de sua representação nas artes.

## 2.1 ***Landschaft*: um conceito chave**

Como é possível observar em *Perspective on the Nature of Geography* (HARTSHORNE, 1959), há um problema histórico com relação ao conceito de paisagem. Considerado conceito chave para a Geografia alemã, o termo *landschaft* abriu diversas discussões – talvez não tantas como devesse – quanto a sua ambiguidade. Ainda assim, seus significados permanecem obscuros, em especial com relação à tradução do termo alemão pela língua inglesa. Assim, por muitos, *Landschaft* e *Landscape* foram tratados como sinônimos de uma só paisagem – acentuada ao ser traduzida da tradução quanto trazida para o português. Os desafios instauram-se na hercúlea tarefa de re-associar seus significados. A confusão foi instaurada “quando o termo alemão, que pode significar *scene* ou *region* foi introduzida na geografia americana e britânica simplesmente como *landscape*” (HARTSHORNE, 1959, p. 3) – e há de se dizer o mesmo quanto as traduções brasileiras do francês, uma vez o termo francês (*paysage*) guardar mais proximidades com o inglês que com o alemão. Antes, porém, de uma pequena abordagem sobre a diferença dos termos – que mais tarde serão desenvolvidos sob a lógica da controversa abordagem moderna do nazismo à paisagem – há de se atentar a algumas questões.

A institucionalização da Geografia como ciência moderna não acompanha a origem da percepção dos fenômenos geográficos. Os fenômenos sempre existiram e deles a curiosidade em reconhecê-los. Bem é lembrado por Sauer (1998) ao dizer que a experiência do homem com os fenômenos, não a pesquisa do especialista, que estabeleceu as subdivisões do conhecimento. Há uma curiosidade primordial que preconiza o estudo de determinado fenômeno, o choque do ser com aquilo que lhe vai de encontro. Uma curiosidade comum acerca de determinado assunto abre caminho para a um direcionamento científico e, assim, cada forma de conhecimento direciona seu olhar a uma maneira diferente de perceber a natureza. Assim, Sauer irá dizer que:

a botânica é o estudo das plantas e a geologia, das rochas, porque essas categorias de fatos são evidentes a todas as inteligências que se preocupam com a observação da natureza. No mesmo sentido, a área ou a paisagem é o campo da geografia, porque é uma importante seção da realidade ingenuamente perceptível e não uma ideia sofisticada. A geografia une a responsabilidade pelo estudo das áreas porque existe uma curiosidade comum acerca desse assunto (SAUER, 1998, p. 15).

O fenômeno das áreas e das paisagens vai ao encontro do ser que, naturalmente, deseja conhecê-los. Entretanto, cabe questionar: como esse desejo é posto em prática, como a razão atua sob a percepção das paisagens?

Historicamente o conceito de paisagem se metamorfoseou de acordo com os princípios de percepção da natureza de cada época. É notório dizer, porém, que a paisagem está diretamente relacionada aos aspectos sensoriais do espaço geográfico. Como afirma Cosgrove, “a paisagem, de fato, é uma maneira de ver, uma maneira de compor e harmonizar o mundo externo em uma cena, em uma unidade visual” (COSGROVE, 1998, p. 98). Uma maneira de ver, importante, portanto, compreender que o conceito de paisagem esteve presente ao longo da história através da iniciativa do direcionamento do olhar, aguçados que são pelos demais sentidos em suas funções.

O conceito, porém, em sua origem inglesa (*landscape*) – originado a partir da palavra *Landschaft*, alemã –, surge no período renascentista, entre os séculos XV e início do XVI juntamente ao avanço do conhecimento científico (COSGROVE, 1985), onde é dedicado à razão novo patamar na busca por conhecimento. Nesse momento, as técnicas de perspectiva iniciam o processo de laicização da paisagem (CANTERO, 2006), promovendo um antropocentrismo em sua representação. Quando não a figura do homem divinificada e matematicamente composta, a paisagem (*landscape*) demonstrava a visão do homem para com determinado território. O conceito de paisagem, portanto, em sua concepção primeira, estava diretamente relacionado ao do território, como uma maneira de “estabelecer e divulgar uma imagem teatral do território” (BESSÉ, 2014, p. 113), promovendo uma visão cenográfica. A ligação profunda entre os dois termos é fortalecida quando se coloca a paisagem como o estado estático ideal do território, ou mesmo o próprio território.

O princípio racionalizante renascentista no que concerne ao significado da palavra *Landscape* ganha contornos políticos, portanto, vinculado à formação dos Estados modernos. A necessidade de re-conhecer a paisagem passava por tornar concreto o território de determinado Estado em viés de unificação, tornar um conceito

abstrato como o território nacional em algo palpável para os sentidos, numa maneira de olhar.

Como maneira de olhar, além de e através das técnicas de perspectiva, preconiza-se nesse momento a representação da paisagem como uma medida calculável. No mais, partir da perspectiva foi possível consolidar a representação de uma paisagem vista do alto, aérea, fornecendo ao conceito de paisagem novas possibilidades. “a paisagem moderna foi integrada, de um lado, à imagística militar e, de outro, à imagística política de tipo nacionalista, particularmente no século XIX” (BESSE, 2014, p. 107). O conceito, em vista do supramencionado, ganha forma em virtude de uma racionalização do que é visto através de uma percepção político-militar. A vista aérea compreenderia um olhar intimista do general para com o território de batalha, ou melhor, para com seu território. Essa imagística militar corrobora intensamente com a proposição nacionalista da formação dos Estados que viriam surgir. A imagem representada, importante dizer, é a que se compreende como funcional para os fins militares, é a paisagem do general que contempla minuciosamente os elementos presentes em um grande sistema da paisagem, não àquela que subjetivamente é percebida pelo combatente, vista de baixo. O que importa, portanto, é tornar concreto, através dos aspectos visíveis, o território. Não à toa a prerrogativa de Yves Lacoste (2011 [1976]) se torna verdadeira: a Geografia, isto serve em primeiro lugar para fazer a guerra. Quando se diz “A Geografia”, é possível entender como a percepção das paisagens que, em um primeiro momento, serviram para fins estratégicos militares com o intuito racional de formação dos Estados nacionais modernos. Mais que isso, porém, a observação das paisagens é, antes de tudo, um espaço submetido a uma vontade de controle, visual e estratégico<sup>5</sup>.

Da premissa acima descrita há de se compreender que a paisagem não apenas esteve no radar das pautas nacionalistas como era conceito chave para sua formação encarnando, nela, a identidade histórica e geográfica de uma nação. A paisagem (*landscape*), porém, fortalecia a história oficial, de personagens históricos que desbravaram o território e conquistaram terras em nome de uma nação.

A composição cenográfica da paisagem promovida pelas técnicas de perspectiva, que acompanha e expressa o estabelecimento da concepção moderna

---

<sup>5</sup> A paisagem é, antes de tudo, um espaço submetido a uma vontade de controle, visual e estratégico. Desde o século XVII pelo menos, a paisagem aparece, nos retratos dos chefes de guerra (generais ou monarcas), como um campo de ação que é observado do alto, em recuo” (BESSE, 2014, p. 107).

de Estado como entidade nacional eleva-se acima das preocupações locais. Tendo em vista o registro do surgimento do conceito, este esteve em viés de enaltecimento o poder absoluto. Nessa perspectiva, a paisagem é a manifestação concreta do território tal como é visto sob o ponto de vista do Estado. Assim descreve Maquiavel a Lorenzo de Médici:

nem quero que se repute presunção o fato de um homem de baixo e ínfimo estado discorrer e regular sobre o governo dos príncipes; pois os que desenham os contornos dos países se colocam na planície para considerar a natureza dos montes, e para considerar as planícies, ascendem aos montes, assim também para conhecer bem a natureza dos povos é necessário ser príncipe, e para conhecer a dos príncipes é necessário ser do povo (MAQUIAVEL, 2011 [1532], p. 15).

Na passagem supracitada é possível perceber o que até aqui foi desenhado. Maquiavel, pensador político renascentista, escrevia com destino ao poder absoluto do príncipe e, através de sua escrita, demonstra uma pequena impressão de como o Estado passaria a perceber seu território, através de uma análise estratégico militar, que colocaria a visão como sentido máximo de tal percepção.

Assim como *landscape* trazia essa visão racionalizante através das técnicas de perspectiva, *paysage*, em francês, também outorgava à visão o sentido primeiro da percepção do território. Apesar de originado da palavra *paysenne* (camponês) – que concerne ao conceito uma ideia de paisagem “natural” ou rural – havia um princípio também racionalizante enviesado pela premissa do século das luzes. Assim foi traçada a perspectiva do conceito para a formação dos Estados nacionais mais à frente, sob viés iluminista. Contudo, um novo movimento anti-racionalista, idealista, surgia na Alemanha acusando a chamada ditadura da razão, o romantismo.

Evidentemente, o termo alemão não nasce após o romantismo ou mesmo em razão deste. O contrário, a potência da *landschaft* é ainda mais relevante no que se refere ao pensamento da época. Sua existência e profundidade estão intimamente relacionadas ao interesse cultural do alemão pela natureza, pelos mitos originais e pelos mistérios, conceitos que mais tarde dariam pulsão ao romantismo.

Ao conceito de paisagem provinda do alemão, portanto, será incorporado os saberes provindos do movimento em questão. Como característica, que será constantemente reconhecido nas paisagens representadas, o Romantismo irá promover um culto ao antigo, às tradições e o engrandecimento da natureza como espelho da alma humana (FREITAS; PERES; RAHY, 1999). Como dito, o movimento acaba por travar uma disputa contra a civilidade racional intelectualizada provinda da



rigidez iluminista e sua representação estática de uma arte oficial neoclássica. Subjuga-se a razão e eleva-se as potências do subjetivo, dando espaço para a representação da crise moral, espiritual e estética de um tempo que preconiza a matematização da natureza em detrimento da presença de seu espírito formador. O Romantismo, por assim dizer, impulsiona uma nova maneira de olhar a natureza e, conseqüentemente, a *landschaft*.

Tendo isso em mente, diferente já em sua etimologia e em seu significado, a palavra paisagem em alemão (*Landschaft*) absorve outros sentidos que não aqueles apenas descritos pela ciência – mas que depois serão considerados por esta. Ao contrário do que propunha a racionalização política proposta pelo conceito em inglês, já em sua etimologia é possível compreender as diferenças – *Land* (terra; país) *schaft* (criar; produzir). A palavra é abordada sob a égide das ciências modernas inicialmente por Humboldt, através de uma acepção naturalista em que descreve a paisagem por meio de uma acepção natural (rocha; relevo; clima; água; solo), visando uma compreensão do todo sistemático<sup>6</sup>. Os elementos individualizados na análise deveriam estar de acordo com uma ação que constate sua dinâmica com o todo, evitando um estudo individualizado e impessoal – a ideia humboldtiana daria embasamento para o conceito de Geossistema, onde a paisagem possui uma formação sistêmica (RODRIGUEZ; SILVA, 2002).

Contudo, é importante que se compreenda a essência do pensamento humboldtiano. Racionalista por sua natureza científica, o autor, porém, carrega profunda influência do movimento romântico em vigor em sua época – assim como esteve próximo da epistemologia kantiana, esteve do vigor romântico de Goethe, seu amigo pessoal (CAPEL, 1988) – entregando ao conceito científico de paisagem aquilo que popularmente já era percebido, um espírito. Sauer diz que “a literatura da geografia em termos de corologia começa com as sagas e os mitos antigos, lembrados em relação ao sentido do lugar” (SAUER, 1998, p. 15), o que corrobora com a ideia de que o sentido de *Landschaft*, apesar de cientificamente aproveitado, absorve dos

---

<sup>6</sup> "1.º Los precisos límites de la descripción física del mundo, como ciencia distinta. 2.º La rápida enumeración de la totalidad de los fenómenos naturales, bajo la forma de un cuadro general de la naturaleza. 3.º La influencia del mundo exterior sobre la imaginación y el sentimiento; influencia que ha dado en los tiempos modernos un poderoso impulso al estudio de las ciencias naturales, por la animada descripción de lejanas regiones, por la pintura de paisaje, siempre que caracterice la fisonomía de los vegetales, por las plantaciones ó la disposición de las formas vegetales exóticas en grupos que entre sí contrasten. 4.º La historia de la contemplación de la naturaleza, ó el desarrollo progresivo de la idea del Cosmos, según la exposición de los hechos históricos y geográficos que nos han llevado á descubrir el enlace de los fenómenos" (HUMBOLDT, 1875. p. 52-53).

mitos originários a maneira ver o mundo. É possível observar tal ímpeto de Humboldt ao dizer que:

a tentativa de desfazer em seus diversos elementos a magia do mundo físico é uma grande imprudência; porque a grande característica de uma *landschaft*, e toda cena imponente da natureza, depende da simultaneidade das ideias e sentimentos que agitam o observador. O poder da natureza se revela, por dizer assim, na conexão das impressões, na unidade de emoções e efeitos que se produzem em certo modo uma única vez (HUMBOLDT, 1875, p, 9).

A forte ligação da *Landschaft* com os mitos originais está diretamente relacionada à sua proximidade com os costumes, da paisagem como um lugar de origem. Assim, para além das proposições realizadas pela *Landscape* para a formação dos estados nacionais, a *Landschaft* propõe uma visão de pátria, como local de pertencimento orgânico, dos modos de vida. Dóra Drexler assim diferencia as noções de paisagem nas línguas aqui abordadas:

contudo, a principal diferença ocorre no desenvolvimento da ideia de paisagem nos estados alemães, comparada à Inglaterra e França, por volta de 1800, durante o chamado contra-iluminismo. Um antigo elo com a terra e suas tradições locais (isto é, não universal) foi reestabelecido no conceito de paisagem alemã – capturada pela antiga palavra *Landschaft*. *Landschaft* se tornou carregada de sentidos visuais e estéticos, e foi percebida e apreciada como tradicional área rural e seus cenários pre-industriais e pré-modernos (DREXLER, 2013, p. 91).

Algumas coisas podem ser tiradas, portanto, da citação. O movimento contra-iluminista assinalado, o romantismo, propunha o mundo como uma obra de arte, uma visão estética do real, onde os sentidos pudessem aflorar, dando lugar a um espírito dos lugares (*Ortgeist*). *Landschaft* – produzir; criar terra – portanto, reestabelece um elo de uso da terra com técnicas propriamente locais de ordem tradicional. Não há nada mais romântico que o aflorar do espírito tradicional que insurge do solo, dos lugares, algo que fez com que Johann Gottfried von Herder seguisse expedições em busca dos poderes originais do solo, colecionando canções, poesia, danças e paisagens dos lugares (SAFRANSKI, 2010).

Como é possível perceber, essa nova perspectiva de análise concederia um novo vigor aos nacionalismos. Agora, para além da visão aérea do Estado, o povo estaria, enquanto unidade, pertencente e direcionando o olhar da paisagem que estariam construindo nos seus costumes tradicionais – *Landschaft*, produzir terra. Mais que isso, porém, como afirma Jean-Marc Besse (2014), a *Landschaft* é um espelho jurídico de sua população, daquela que a abriga, de uma comunidade

disposta a defender e preservar seus costumes e tradições de manipulação da paisagem a qual pertencem. Não à toa a palavra *Landschaft* era também usada para designar região, “significava uma unidade de ocupação humana, uma jurisdição, tanto quanto um objeto passível de admiração” (SCHAMA, 1996, p. 10). Em outras palavras, Besse irá afirmar que “O território (...)” e, portanto, a paisagem como sua representação sensorial, “é o espelho do direito e seu prolongamento, e não o inverso” (BESSE, 2014, p. 109). Dito isso, os elementos individualizados que constituirão a noção totalizante de povo, pertencentes a determinada paisagem, são parte do processo hegemônico de pertencimento ao solo, que deriva de uma abordagem legal. Introduzindo uma nova perspectiva de escala, ao absorver tais ideias com viés político estatal, a comunidade local torna-se unidade do povo. Ainda segundo Besse,

a *landschaft* é uma entidade político-jurídica de um tipo particular: a) é baseada num conjunto de direitos costumeiros (que foram quase todos recolhidos e transcritos no século XVI); b) a população da *landschaft* soube conservar uma independência política, um relativo poder de autodeterminação em relação a divisões políticas e administrativas mais amplas, tanto de tipo feudal quanto monárquico. Não é raro ler que uma *landschaft* foi ao tribunal da região fazer valer seus direitos, defender seus costumes: o que quer dizer, no caso, que a *landschaft* não é, no espírito dos que transcrevem o acontecimento, nada diferente de um conjunto de cidadãos organizados em corpo político (BESSE, 2014, p. 110).

*Landschaft*, como dito, absorve uma concepção da paisagem que parte do local que absorvem uma jurisdição. Essa característica primordial, porém, pelo menos a princípio, expressa no imaginário popular uma estética de ordem natural, distante das técnicas de ordem urbana. A paisagem rural é representada e, junto com ela o homem do campo como representação ideal de modo de vida. O romantismo que, como foi observado, se apresenta como um movimento reativo ao racionalismo – sobretudo iluminista, mas também a outros que entregam leis matemáticas na composição das paisagens, como o próprio renascimento – irá entrar em conflito com o pujante mundo industrial e urbano que se anunciava, espalhando-se por toda a Europa de maneira acelerada. Em razão disso “é inseparável dessa reação o movimento de revalorização da natureza e do mundo rural” (DUARTE, 2004, p. 7) e, dessa aproximação, a criação de um sentido profundo e mítico do homem do campo e sua paisagem.

Tal característica, com a aceleração do mundo moderno e a introdução de um mundo industrializado, instaurar-se-á uma contradição no ceio romântico proposto

pelo nazismo – ou o Romantismo de Aço<sup>7</sup>. As contradições apresentadas no capítulo anterior, por assim dizer, estariam manifestadas também naquela que seria a paisagem difundida tanto no campo das artes como fora dele.

Contudo, antes que se adentre em tais contradições e nas abordagens nazistas ao conceito de *Landschaft*, é importante que se torne ainda mais clara a proximidade do termo com as abordagens nacionais. Partindo das localidades, porém, na busca pelas especificidades costumeiras, da cultura, dos saberes populares, *Landschaft* está a par “do que poderíamos chamar, na linguagem política contemporânea, de país ou território” (BESSE, 2014, p. 110), onde a representação visual dos fenômenos não parte de uma cenografia puramente racional, mas de uma comunidade política de base organizada pelos costumes, uma representação que resgata os valores estéticos que buscam, justamente, a natureza de um povo. Relega-se, na visão romântica de *Landschaft*, a perspectiva do Estado para com seu território, retirando do general a perspectiva da visão e entregando ao “combatente” o ponto de vista, àqueles que costumeiramente vivem o local e que buscam preservar suas tradições.

## 2.2 Ratzel, Espaço Vital alemão e a paisagem

A construção territorial nazista deve, em sua análise política, partir de uma perspectiva ratzeliana. Importante, pois, aquele que fora teórico da geopolítica durante o III Reich alemão – Karl Haushofer – carregou grande influência de Ratzel, o qual era amigo do pai de Haushofer e de quem frequentava a casa (LOSANO, 2008). O caráter bélico incorporado à sua geopolítica promoveu ações deterministas ao avanço estratégico militar como, por exemplo, a influência do clima sobre os soldados.

A derrota alemã na Primeira Guerra Mundial foi fator preponderante na política territorial do país. As cessões de territórios renanos e do Ruhr para a França, além de perda de colônias criaram um clima de tensão na sociedade e, enquanto no mundo eclodiam revoluções inspiradas no modelo soviético, na Alemanha se instaura o espírito de revanche com o mundo exterior em razão das perdas territoriais e abismo moral com a qual a população convivia. Dessa insatisfação é inflamado um novo

---

<sup>7</sup> Proposto por Goebbels, podendo ser visto em seus diários (1999).

espírito nacionalista de ordem territorialista, fazendo com que o partido nacional socialista ganhasse força, em especial na segunda metade da década de 1920.

O tratado de Versalhes privava a Alemanha de parte essencial do território para sua sobrevivência como grande potência. O debate sobre o espaço vital tornou-se, portanto, politicamente central e, nele, a geopolítica começou a assumir um peso crescente, até se apresentar como a parte fundamental da ideologia oficial no Estado nacional-socialista (LOSANO, 2008, p. 450).

Nesse contexto, Karl Haushofer – militar de origem – ganha espaço acadêmico e estratégico na produção territorial alemã, resgatando Ratzel e, em especial, seu conceito de Espaço Vital com o intento de promover uma Alemanha poderosa, potente e grande.

Em primeiro lugar, antes que se cometa injustiça histórica que por muito tempo naturalizou-se na história do pensamento geográfico, é preciso compreender Ratzel como um pensador de seu tempo. Assim, Iná Elias de Castro (2014, p. 67) faz uma feliz comparação do geógrafo com o pensador político Maquiavel ao dizer que “da mesma forma que Maquiavel, Ratzel era um intelectual de seu tempo, e para ele o nacionalismo, como estratégia de consolidação do império alemão, era bem mais importante do que a adesão a uma ética política de defesa dos povos e dos Estados mais fracos”. Ao promover tal afirmação a autora refere-se ao período histórico no qual Ratzel esteve inserido. Enquanto Maquiavel viu na presença de um líder forte a condição para a unificação italiana, Ratzel percebeu no territorialismo a circunstância necessária para a consolidação do “Estado-nação alemão com adesão do povo à ideologia do nacionalismo” (CASTRO, 2014, p. 74). Sobre isso, Horacio Capel completa:

fronteras, domínio del estado, expansión, proclamación del estado por encima de las clases sociales, estados dotados y estados débiles, estabilidad de la institución política... ¿Podrá alguien poner en duda que eran éstas precisamente las ideas que preocupabann, cuando Ratzel escribía, a la burguesía industrial alemana, en el momento em que Alemania se ha reunificado, ha alcanzado unos limites en los que se enfrenta a otros poderosos vecinos y em que se lanza a la expansión colonial extraeuropea, reconocida por el Congreso de Berlín (CAPEL, 1988, p. 293)?

O conceito de espaço vital, elaborado pelo autor de princípios naturalistas – e por muitos taxado de determinista geográfico, mesmo que este, no princípio do seu Antropogeografia (1990) tenha sido claro quanto a sua crítica a um determinismo simplório – esteve alinhado ao pensamento darwinista, em ebulição em seu tempo. A teoria da evolução darwiniana estabeleceu um novo paradigma onde a evolução das

espécies se dava por meio da seleção natural. O paradigma, porém, superou as barreiras das ciências naturais e influenciou diversos outros pensadores, os quais Ratzel estaria inserido. Portanto, as concepções geopolíticas da teoria do espaço vital estavam de acordo com um princípio biológico evolutivo, onde se justificaria a expansão territorial a fim de ampliar o espaço necessário à vida, onde o mais apto se sobrepõe ao menos apto. Tendo em vista tais afirmações, no espaço vital ratzeliano encontrou-se o vigor científico para o nacionalismo expansivo da Alemanha de Bismarck (CAPEL, 1988) e, mais tarde, sendo apropriado pelo nazismo através de Haushofer. Segundo o pensamento nazista, uma nação que se predispõe ser grande deve ter seu território em expansão, encontrando em Ratzel e seus seguidores o aparato acadêmico para tal. O biologismo vulgarizado proposto pelo nazismo sob a égide da raça pura encontra em Ratzel um caminho para justificar seu expansionismo. Por assim dizer, Haesbaert afirma:

primeiramente encontramos, num extremo, uma concepção de território que eu denominaria naturalista. Ela vê o território num sentido físico, material, como algo inerente ao próprio homem, quase como se ele fosse uma continuidade do seu ser, como se o homem tivesse uma raiz na terra – o que seria justificado, sobretudo, pela necessidade do território, de seus recursos, para a sua sobrevivência biológica. Esta visão levou muitos a defender a tese de que teríamos uma impulsão inata para a conquista de territórios, e que o crescimento de uma civilização, de seu espaço vital, como se expressou Ratzel em certo momento de sua obra, estaria diretamente relacionado à expansão territorial (HAESBAERT, 2012, p.118).

A percepção de Ratzel para com a distribuição espacial dos seres na Terra não poderia encontrar outro caminho senão a do espaço como um campo de luta. O autor chega a tal conclusão ao observar que o movimento da vida não cessa jamais, está em constante evolução, ao passo que o espaço disponível não cresce. O contraste evidenciado pela vida em constante movimento e o espaço finito só poderia ter como resultado a luta pelo espaço, e dela a sobrevivência dos mais aptos. Os territórios, portanto, tornam-se elementos de natureza orgânica, sendo natural sua expansão a medida que se faz necessário tendo em vista que tal movimento é inerente à existência. Territórios dilatam e retraem-se naturalmente de acordo com as necessidades vitais dos povos, por meio da guerra ou da diplomacia. A medida que um povo cresce e do solo não há proveitos necessários para sua existência, o caminho natural é a conquista de novos territórios. Isto posto, a premissa darwinista à abordagem do território aproxima o termo de um objeto vivo onde sua condição de existência está vinculada à sua flexibilidade. Dessa forma, assim como a luta pela

vida, os povos têm como finalidade básica o proveito territorial, não cessando sua natureza orgânica.

A expansão territorial se explica, portanto, como algo natural segundo Ratzel. Seu pensamento, dessa forma, converge para a afirmativa de que um vasto espaço possui os elementos necessários para conservar a vida. Um povo está fixado ao seu espaço por razões geográficas, culturais e identitárias, mas as propriedades vitais de determinado espaço são finitas e, para que um povo encontre os caminhos para progredir, é necessário que se expandam os limites. Os limites territoriais, sobretudo na abordagem ratzeliana, “se consideran no sólo como las líneas que delimitan el espacio de un grupo de individuos, sino también como campo de lucha” (CAPEL, 1988, p. 291). São nesses espaços, portanto, que se estabelecem os contatos mais estreitos das disputas por território, provocando uma movimentação dos limites de forma orgânica de acordo com as necessidades espaciais de um povo, entre elas: moradia e alimentação.

Em primeiro lugar, porém, é preciso que se estabeleça que, segundo a premissa ratzeliana, “é fácil convencer-se de que do mesmo modo como não se pode considerar mesmo o Estado mais simples sem o seu território, assim também a sociedade mais simples só pode ser concebida junto com o território que lhe pertence” (MORAES, 1990, p. 73) e, isto posto, “A geografia política de Ratzel tinha como tarefa demonstrar que o Estado é fundamentalmente uma realidade humana que só se completa sobre o solo do país” (CASTRO, 2014, p. 68). Tendo em vista tal afirmação, somada com a necessidade vital pelo espaço, o autor conclui que “um povo decai quando sofre perdas territoriais” (MORAES, 1990, p. 74) reiterando que em caso de perda demográfica, mantenha-se o território, pois, nesse resguardam-se os recursos. Contudo, ao passo em que “se começa a perder uma parte do território, esse é sem dúvida o princípio da sua decadência futura” (MORAES, 1990, p. 74), em outras palavras, ainda que o crescimento populacional seja algo que deva ser pretendido, este deve vir acompanhado do crescimento territorial, uma vez que a perda de território estaria diretamente relacionada à perda de poder. As palavras não poderiam ser mais dolorosas aos nacionalistas alemães saudosos de uma grande nação e moralmente abalados pelo Tratado de Versalhes.

O progresso, por outro lado, implicaria a necessidade de aumentar o território – e assim o nazismo seguiu a cartilha – a fim de criar um equilíbrio entre o tamanho da população e os recursos disponíveis. Ao passo que uma poderosa política de

natalidade foi implementada – mesmo que com um sucesso abaixo do desejado<sup>8</sup> – seria imprescindível o acréscimo territorial e, com ele, a guerra.

Doravante, partindo da alegação de que um povo só existe porque a um território pertence, é importante que se estabeleça o povo enquanto unidade. Essa unidade, porém, mesmo que nas individualidades percebidas na população apresentem-se divergências profundas, encontram no espaço de convívio e, mais especificamente, no território como manifestação de defesa daquilo que lhe provém a vida, a comunidade. Em outras palavras, no espaço materializa-se o tempo e com ele a história de um povo, criando uma unidade de sujeitos diversos. O Estado, incumbido da tarefa de proteger seu território, promove a criação de uma comunidade imaginada (ANDERSON, 2015), ao fortalecer o que há de comum entre aqueles que ao solo estão ligados, ao passo que produz as diferenças entre os que se avizinham. Para tanto, Ratzel internalizou em seu pensamento correntes filosóficas de natureza alemã, como o idealismo e o romantismo, provocando uma profunda valorização da natureza e a noção de pertencimento de um povo ao seu território.

O termo território, porém, é pouco utilizado na obra de Ratzel. Na intenção de naturalizar o conceito o autor faz o uso da palavra “solo” (*Boden*) quando se refere ao território. Essa naturalização expressa pela intenção de promover um viés orgânico ao território o incumbe da ideia de unificação do povo com seu solo, tornam-se um (SOUZA, 2013, p. 93). O solo, isto posto, é a condição material necessária ao Estado.

Retomando a inferência de que moradia e alimentação são condições necessárias à vida e fonte primária de ligação com o solo, é de se perceber que a política territorial nazista se apropriou dos pressupostos ratzelianos na missão de manutenção e expansão territorial. A ligação do homem com o solo, então, estaria intrinsicamente ligada aos termos relacionados e, na ausência de espaço para tal é natural que se expanda organicamente. Políticas de incentivo a família tradicional, monogâmica, são traçadas com o intuito de provocar a necessidade por novos territórios à medida em que o crescimento familiar aumenta a porção de território que porventura necessite.

---

<sup>8</sup> Um dos mais ambiciosos programas de natalidade – considerada essencial para a saúde da nação – foi o Serviço das Mães do Reich que “Produzia cursos sobre cuidados infantis, culinária, costura e, é claro, higienização racial” (EVANS, 2014, p. 584). O Dia das Mães, capitaneado pelo programa supracitado, tornou-se importante ferramenta de propaganda ideológica, onde mulheres com mais de quatro filhos eram condecoradas como “Mãe do Reich” e aquelas que por ventura tivessem dez filhos teriam o décimo apadrinhado por Adolf Hitler.



O nascimento do Estado, para Ratzel, tem por princípio a necessidade de proteção do território. O povo que habita determinado espaço sente a necessidade de defender aquele que lhe provém o necessário à vida – cultura, alimento, moradia – e assim forma o Estado, no intento de conter o avanço vizinho ou expandir. Uma perspectiva hobbesiana (HOBBS, 2017 [1651]) é retomada à medida em que o Estado, doravante a renúncia de direitos da população, assume o papel de preservar as condições de existência destes em seu solo. A política nacionalista adotada pelo nazismo está de acordo com tal premissa ao passo que se intenta criar um vínculo imaterial dos alemães para com o solo e, quanto mais tal vínculo se consolida, mais a sociedade da qual ele pertence sente a necessidade de mantê-lo, nem que para isso seja necessário a guerra. A percepção nacionalista do território cria as condições necessárias para que indivíduos ofereçam sua própria vida para salvar um território construído enquanto imaginação.

A guerra, como já visto, é algo inerente a defesa e manutenção de territórios ao passo que os limites territoriais se consolidam como campos de luta entre o mais apto e o menos apto. Assim, a delimitação das áreas limítrofes é algo a ser determinadamente conhecido, entendendo ser ali o limite para onde o estrangeiro não deve seguir.

La grandeza de los estados depende del área y de los habitantes, que son consideradas dos fuerzas políticas decisivas; pero “también depende de la posesión de medios de dominio, de naturaleza material e intelectual, y especialmente la estabilidad de la institución política. Los límites marcan de una manera precisa a los grandes estados: “los estados de los pueblos civilizados más avanzados son todos cerrados, circundados de límites exactamente conocidos (...) Los estados de los pueblos que se encuentran en el escalón bajo de la civilización son pequeños, débiles, faltos de todas estas instituciones y también sin fronteras precisas”. Y para acabar este breve repaso de las ideas del espacio vital, la justificación de la expansión de los pueblos: “La civilización no puede permanecer limitada por mucho tiempo a un territorio agostoso y a un único pueblo. La necesidad de difusión forma parte de su esencia” (CAPEL, 1988, p. 291-292).

A estabilidade do Estado enquanto provedor da defesa de seu território é, portanto, crucial na delimitação do espaço vital e sua busca por novos espaços. Área e habitantes tornam-se elementos importantes ao passo que o primeiro deve prover as necessidades do segundo e, se há um incremento populacional excedente, há a carência de conquistar novos espaços. A civilização não pode permanecer limitada por muito tempo a um único território, faz parte de sua essência orgânica a difusão de sua busca pela vida e, conseqüentemente, ampliação dos limites espaciais por onde

sua história e cultura irão se materializar. Por essa perspectiva, um Estado estável está relacionado à sua demarcação territorial reconhecida e este procurará ocupar aqueles que são falhos em suas delimitações de defesa.

Por vezes, as fronteiras são demarcadas pela natureza e esta atua na possibilidade de avanço na conquista de novos territórios ou obstaculizando esses acréscimos. A afirmativa ratzeliana com viés determinista possui validade em espaços onde a influência da técnica afeta menos fortemente as ações e, vista sob o ponto de vista do tempo em que Ratzel a propôs, há de se considerar o efeito da natureza sob as estratégias de defesa. Mais do que isso, há a proposição de que a paisagem teria, portanto, função preponderante nas estratégias de defesa. O argumento apresentado oferece os caminhos para a possibilidade do contato entre os povos: onde a natureza impõe obstáculos, como ilhas, cria-se um isolamento étnico; onde a viabilidade do aceleração do contato é facilitada pela natureza, a mestiçagem.

Nesse sentido, como visto anteriormente, o *boden* ratzeliano se aproxima não apenas do conceito de território – como comumente se estuda –, mas também da paisagem (*landscape*), onde na origem inglesa há de se perceber uma racionalização do território como uma visão teatral cenográfica, uma visão de cima, de quem detém o poder.

Fazendo a leitura dialética entre o pensamento de Ratzel quanto as fronteiras naturais e a política ariana nazista, é possível chegar ao resultado das ações. Se se deseja defender uma fronteira relativamente desprotegida em seus aspectos naturais da entrada de novos grupos étnicos – em especial os judeus, no caso nazista – e evitar a miscigenação, somente um aparato bélico poderia garantir os efeitos desejados. Demonstra-se, então, não apenas sua força material no contato direto com o inimigo nas fronteiras, como também através de um dos meios de *Hard Power* (NYE, 2004), ou seja, uma estratégia geopolítica de demonstração de força através do poder bélico. Iná Elias de Castro completa dizendo que:

o geógrafo alemão foi bastante sensível à importância não apenas do território como continente do poder político, mas da necessidade de um aparato capaz de integra-lo, controla-lo e tornar seu conteúdo um recurso de poder, cujo objetivo era reforçar-se para perdurar (CASTRO, 2014, p. 74).

Em outras palavras, em uma análise político geográfica, ou seja, no estudo comparativo entre o Estado e o solo, Ratzel foi imprescindível na teorização moderna da defesa do território e sua consequente perduração.

O uso funcional, ainda que vulgarizado, do pensamento racionalista de Ratzel demonstra uma predileção pela construção territorial sob vieses objetivos, concretos. Há no *boden* ratzeliano, como visto, uma proximidade com a *landscape* e sua representação cenográfica que data, sobretudo, do renascimento, como aponta Cosgrove (1985) – e que seguiria sendo imprimida sob uma perspectiva racionalista no iluminismo francês. Contudo, como busca atestar o presente trabalho, o uso do romântico como máscara fora fundamental na consolidação do território e da paisagem alemã por parte da política nazista. Nesse sentido, para justificar o emprego racionalista do Espaço Vital em direção ao campo, usa-se o romantismo, uma vez que sua linguagem se direciona com maior facilidade ao espírito, à alma. Introduce-se os mitos, as alegorias, e os símbolos ao homem do campo e à vida camponesa e, do crescimento territorial puramente racional, cria-se uma potência fundadora, profunda – ainda que falsa – nos alemães.

### 2.3 Sangue e Solo: Construindo a *Landschaft* alemã em direção ao campo

Partindo da definição de Arrighi (2012), é possível classificar o III Reich como um poder governante pautado em um ideal territorialista. O nazismo se incumbiu deste modelo que se classifica como um governo que identifica “o poder com a extensão e a densidade populacional de seus domínios, concebendo a riqueza/capital como um meio ou um subproduto da busca de expansão territorial.” (ARRIGHI, 2012, p. 33). Adotando tal modelo tardiamente quando comparado à geopolítica bem sucedida da história até então recente – lembrando que a política nazista se apropriava de um romantismo que buscava resgatar uma falsa tradição – sua abordagem vinha em oposição ao padrão capitalista de composição territorial, que considera a aquisição territorial apenas como meio para acumulação de capital, na maioria das vezes exercendo a conquista através da hegemonia do poder através do jogo de três níveis (*game theory*) – primeiro e segundo nível sendo jogados pelo *hard power*, poder bélico e econômico, e o terceiro nível de *soft power*, o poder de influência cultural (O’NEIL, 1989) – onde a presença de tais níveis determina o jogo político territorial sem que seja necessário tomar um território na prática.

Os três níveis do tabuleiro, evidentemente, não devem ser analisados de maneira exclusiva, estando articulados entre si e, enrijecendo suas capacidades de influência, fazem do Estado detentor um jogador mais apto nas relações internacionais. O poder bélico foi incentivado com a intensão de fortalecer a hegemonia e defesa de um território em franca expansão, logo, outra função atribuída para a consolidação do poder bélico parte da necessidade de conquistar novos territórios. Como dito, a percepção externa de um Estado potente em sua acepção bélica faz dele um importante agente modificador das relações. Entre outros motivos, isso explica o motivo da não intervenção prática de outros Estados para com as atrocidades nazistas. O segundo tabuleiro, o econômico, também foi promovido ao resgatar a Alemanha de uma de suas maiores crises, provocada pela derrocada na Primeira Guerra Mundial e, mais tarde, com a crise do modelo de produção fordista. Devolver o poder de consumo ao alemão comum, como se espera, estimula a produção e o desenvolvimento econômico, bem como torna, segundo princípios percebidos em Maquiavel (2011 [1532]), tornará os governados sempre fiéis. Por último, o *soft power*, terceiro nível do tabuleiro. Aqui a cultura ganha novas importância buscando o controle interno – no nazismo buscou-se uma narrativa falsa de um passado glorioso, espírito reacionário aceito pela população e explicado pelo conceito de pulsão de morte de Freud (2018 [1930]) – e externo, na medida que se apresenta como totem de representação da força de sua cultura aos outros Estados.

Para adotar tal teor territorialista descrito por Arrighi (2012), o Estado Nazista se apropriou de conceitos provenientes de Ratzel e de seus sucessores, bem como uma política de darwinismo social e territorial. Ao chegar e para chegar no poder, se aproveitou politicamente dos anseios das diversas classes sociais. Adotando um discurso anti-marxista, aboliu a linguagem do materialismo histórico dialético e, conseqüentemente, a premissa da luta de classes. Para isso, o partido adota como prática uma predicação pseudoigualitária pautada em uma ciência natural dissimulada, em um darwinismo social que promoveria um biologismo vulgarizado onde uma raça seria superior as demais.

A linguagem nazista, portanto, era de fácil transição nas diferentes classes sociais alemães, tendo conquistado tanto os anseios populares – com sua oratória de igualdade que convenceu, inclusive, pelo menos a princípio, a Associação dos Judeus na Alemanha (*Reichsvereinigung der Juden in Deutschland*) que funcionava, entre outras obrigações, como uma associação de acolhimento aos judeus alemães, tendo

alguns membros votado em Hitler (NIEWIK e NICOSIA, 2000) – quanto as classes mais abastardas da nobreza germânica. A aristocracia do país viveu, nos anos que antecederam a incumbência de poder ao partido nazista – durante a República de Weimar – uma forte divisão de gerações, como afirma Richard J. Evans:

a geração mais velha, privada do respaldo financeiro e social do Estado, desfrutado sob o Reich de Bismarck, ansiava pela volta aos velhos tempos. Julgavam a retórica pseudoigualitária dos nazistas com desconfiança e alarme. Mas a geração mais jovem desprezava as velhas monarquias por terem desistido sem lutar em 1918. E viu no Partido Nazista no começo da década de 1930 um veículo potencial para a criação de uma nova elite de lideranças (EVANS, 2014, p. 475).

Por parte da geração aristocrática mais jovem, sua posição em tal posto não se daria apenas por uma simples condição social baseada em um senso de honra compartilhado em comunidade, mas por uma compreensão de superioridade racial de circunstância hereditária secular. Essa era uma visão prevalecente entre os membros da União de Nobres Alemães (*Deutsche Adelsgenossenschaft*) (EVANS, 2014), cenário que impediu que nobres judeus se tornassem membros.

Já a geração mais velha, ainda que minoritária, na União de Nobres Alemães, ponderava com desconfiança a política nazista. Monarquistas em sua maioria – condição necessária para tornar-se membro da união, dizimada pelo Terceiro Reich – porém, “foram atraídos pela hostilidade dos nazistas ao socialismo e ao comunismo, pela ênfase na liderança e pelos ataques retóricos à cultura burguesa” (EVANS, 2014, p. 475-476), ainda que Hitler houvesse deixado claro que não cogitaria a restauração de uma monarquia.

Convencidos da inevitabilidade de fazer-se necessário diante da nobreza, o Estado nazista se aproveitou dos apreços tradicionalistas dos conservadores ao utilizar como ferramenta de aproximação a conquista de espaço vital à leste. Os conservadores, em especial os de gerações mais antigas, absorveram o projeto político em vista de um romantismo que os levava aos ancestrais e seus tempos gloriosos em que haviam colonizado o leste. Mas também os jovens foram atraídos por tal premissa em razão do aumento da demanda proporcionada pela expansão das Forças Armadas, abrindo oportunidade de emprego tradicional.

Em especial, porém, a urgência em tornar a aristocracia uma aliada – mesmo que o esforço não tivesse sido tão grande assim, excetuando-se alguns grupos judaico-cristãos – estava afeiçoada ao vínculo deste grupo com o solo. A aristocracia alemã, tradicionalmente, obtinha seu sustento da terra – ainda que sua participação

na indústria e nos corpos oficiais do Estado tivessem aumentado – e, por isso, sua importância política estava associada ao projeto de expansão orgânica por via da perspectiva ratzeliana de saúde alimentar. Segundo Ratzel, entre outras atribuições que devem ser consideradas, as relações da sociedade com o seu território estão vinculadas às necessidades de habitação e alimentação. “A alimentação representa a necessidade mais imperiosa tanto para o indivíduo como para a sociedade” (MORAES, 1990, p. 75), seja através da caça, pesca ou plantio, a amplitude do território necessário para a vida estará sempre vinculada a obtenção de alimentos. Ato contínuo, o autor complementa afirmando que “quanto maior é a segurança com que a agricultura provém às necessidades de alimentação, tanto mais se torna possível ao povo fixar-se sobre um solo limitado”, dando importância a alimentação como manutenção de um território. Mais que isso, porém, o incremento populacional, política incentivada pelo Estado nazista, demandaria a absorção de novos territórios a fim de atender as demandas de alimentação.

Ministro da Alimentação e Agricultura do III Reich, Richard Walther Darré, foi o burocrata responsável por fazer funcionar o projeto expansionista nazista por meio da agricultura, tendo inventado o slogan nazista “Sangue e Solo” (*Blut und Boden*), projeto eugênico racial. A prioridade política de Darré jamais fora o aprimoramento da situação econômica da agricultura,

mas amparar o fazendeiro camponês como fonte do vigor racial alemão. Em seus livros *O campesinato como fonte de vida da raça nórdica*, publicado em 1928, e *Nova aristocracia do sangue e solo*, lançado no ano seguinte, Darré argumentava que as qualidades essenciais da raça alemã haviam-lhe sido infundidas pelo campesinato dos primórdios da Idade Média, que não havia sido pisoteado ou oprimido pela aristocracia agrária, mas, pelo contrário, havia sido parte essencial de uma comunidade racial única com ela (EVANS, 2014, p. 479).

Junto a um projeto de eugenia, segundo a visão de Darré – amplamente aceitas por Heinrich Himmler, que o fez diretor de seu Escritório de Raça e Povoamento e, mais tarde, com a chegada do nazismo ao poder, tornou-se peça chave de Hitler – viriam o desenvolvimento econômico, social e territorial. Como ministro, Darré já detinha grande influência entre o campesinato e a aristocracia rural, estando pronto para introduzir medidas para por suas ambições em prática.

Uma das principais ações na política territorial do campo que, além de estarem relacionadas a uma organização alimentar, intentava preservar o campesinato em uma ordem social diferenciada através de uma nova lei de heranças. O incentivo à

natalidade como doutrina não articularia da maneira desejada com a política de heranças vigente e, por isso, a necessidade de muda-la. Justamente as famílias com mais filhos provocava a divisão de terras, antes relativamente concentradas, em “fazendas inviáveis de tão pequenas” (EVANS, 2014, p. 480). O perigo da desconcentração de terras, sob a visão nazista, estava na proletarização do pequeno fazendeiro camponês e sua conseqüente aproximação com movimentos de esquerda, internacionalistas ou chamados os degenerados.

O ideal nazista era construir uma Alemanha ocupada por grandes fazendas autossuficientes para atender às necessidades internas, evitando a urgência por voltar-se para o mercado externo. Para tal, tão logo Darré assumiu o Ministério da Agricultura e Alimentação, o Estado nazista aprovou a Lei da Fazenda Hereditária do Reich que, em sua acepção primeira, reviveu a tradição da herança inalienável, ou seja, todas as terras enquadradas nas cláusulas da lei – fazendas entre 7,5 e 125 hectares – não poderiam ser vendidas, compradas ou repartidas. Com a lei, tencionava-se alterar a divisão de terras que antes era direcionada igualmente para todos os sucessores ou para o primogênito ou para o filho mais forte e eficiente. Claramente pautada em um darwinismo social, pretendia-se, através da seleção natural provocada por tal política, fortalecer o campesinato a cumprir seu destino de autossuficiência no fornecimento de alimento e, em especial, ser a imagem racial do país.

Ser a imagem racial da Alemanha, porém, deveria acompanhar o fortalecimento da família tradicional, exposto nos ideais ratzelianos e sua atribuição orgânica de pertencimento e ao solo e incremento territorial.

A família monogâmica é a associação que estabelece entre ela própria e o território a relação mais simples, econômica e política ao mesmo tempo. Ela se compõe de dois cônjuges e da sua prole, que vivem numa habitação comum e desfrutam através da caça ou da agricultura um determinado território para extrair dele o alimento. À medida em que a família cresce, aumenta também a porção de território que ela necessita para o seu desfrute. O caso mais simples se dá quando o território ao crescer se mantém unido, isto é, quando a área de desfrute se estende em torno da habitação familiar (MORAES, 1990, p. 76).

Portanto, o engajamento político sob a família tradicional estaria intrinsecamente relacionado ao enrijecimento da política territorial alemã, sobretudo no campo. Sob a lei de heranças anterior, porém, via-se enfraquecido o desenvolvimento territorial orgânico e eugenista à medida em que naturalmente encorajava-se a divisão das famílias. Pressupunha-se que a inalienação da terra fortaleceria os laços familiares.

Contudo, a Lei da Fazenda Hereditária não atingiu as metas desejadas, criando inúmeros herdeiros deserdados pela lei. Darré, então, encorajou-os a ocupar novas terras no leste, revivendo outra tradição consagrada pelos conservadores. Assim, evoca-se mais uma vez os escritos de Ratzel para a consolidação, fixidez e expansão orgânica do território de acordo com o espaço necessário à vida, ao dizer que se “a família se separa e a prole mais jovem ocupa novas porções de território, surgem então novas habitações e cada uma delas se torna o centro de uma nova família”, dessa relação se manifesta a diversidade que o solo é capaz de provocar como unificador do povo, uma vez que, apesar de não manterem-se unidos no mesmo espaço, mantêm-se unidos ao solo por “conservar os vínculos de afinidade , que constituem precisamente a ligação que mantém unidas entre si mais habitações, vilas, clãs, formando-se um Estado” (MORAES, 1990, p. 77).

As terras a oriente, porém, já estavam ocupadas por *junkers*<sup>9</sup>, o que provocou a necessidade de novas políticas. Darré já havia se posicionado contra os latifundiários do leste do país, afirmando ser necessário “devolver aos camponeses a terra que os *junkers* haviam roubado deles” (EVANS, 2014, p. 481), mas nem mesmo para o ministro seria possível tomar qualquer tipo de medida compulsória sem que se criasse instabilidade política. Entretanto, o Estado alemão passou a se tornar ausente perante ao fracasso de grandes proprietários – em especial aqueles que possuíam mais de 125 hectares – a fim de atingir o objetivo de serem essas terras ocupadas por camponeses alemães sem-terra.

O partido nazista obteve sucesso parcial no que se refere aos objetivos pelos quais desejava alcançar – pelo menos no período em que se pode mensurar – mas a Alemanha, preliminarmente, não poderia deixar de considerar a produção agrícola e econômica proveniente dos *junkers* em prol de uma utopia racial futura. Portanto, o Reich não poderia em seu primórdio provocar uma mudança do discurso vulgar de igualitarismo verbal para a prática, ainda que se considerasse essencial a conquista

---

<sup>9</sup> Os *junkers* eram denominados como membros da nobreza constituída por grandes proprietários de terra ao leste da Alemanha. Tendo papel importante na formação do Reino da Prússia, os *junkers* se diferenciam da nobreza francesa e inglesa desse período. Os nobres franceses e ingleses eram uma classe desocupada, dependendo do estilo de vida feudal, os franceses as custas das dívidas feudais, os ingleses dos alugueis de seus arrendatários. Portanto, a nobreza rural da Europa Ocidental pouco estava vinculada as suas terras. Por outro lado, os *junkers* desenvolveram um modo capitalista de apropriação das terras, viviam e trabalhavam na terra para obtenção de lucros. Não havia um estilo de vida feudal, onde servos trabalhavam em suas terras em troca de dívidas, mas por expropriação espacial proveniente da conquista de terras dos povos eslavos que, assim como aconteceu nos Estados Unidos com os índios, trabalhavam nas terras (TAYLOR, 2005).



de espaço vital na sua porção oriental por meio da política de terras e agricultura. Desvincular a produção agrícola dos *junkers*, ainda que inviável inicialmente, era o sonho nazista com o fim de criar uma utopia racial consolidada no solo e do que nasce dele. O entrave criado, destarte, manteve uma série de herdeiros deserdados pela Lei da Fazenda Hereditária, uma vez que não houveram mudanças significativas na partilha das fazendas à leste. De qualquer modo, nem mesmo os que porventura conquistavam terras ficaram felizes com o resultado da política ao entrarem em contato com uma paisagem pouco familiar na Pomerânia no leste da Prússia<sup>10</sup> e por afastarem-se dos familiares, algo que contradizia os anseios de união da família como preponderante do crescimento vital do Estado. Por assim dizer, a pressuposição ratzelizana de crescimento orgânico encontra barreiras culturais na Alemanha. Em primeiro lugar devido à região ocupada pelos junkers que, para além da ocupação e necessidade econômica da produção desses latifundiários, se apresentava inadaptável aos anseios culturais dos alemães do ocidente. Em segundo, a solução, que estaria vinculada a conquista de novos territórios, ainda que esse referendo pudesse implicar, também, o não pertencimento ao solo – que parte tanto do modo de vida como paisagem e cultura – daqueles que por ventura lá fossem ocupar.

O fortalecimento do campo, como visto, era a pretensão política do Estado nazista ao passo que se desejava construir uma utopia racial que refletiria sua imagem nos ambientes urbanos. Não obstante, esse revigorar dos solos do campo e dos camponeses se deu em parte, uma vez que muitos deserdados ficaram descontentes com a política territorial nazista e migraram para as cidades, o oposto que desejava o Estado. Diversas foram as razões. Em primeiro lugar, como já dito, os filhos menos aptos segundo uma lógica territorial darwinista ficaram desamparados. Em segundo, muitos deles nunca haviam exercido qualquer tipo de atividade remunerada à espera da herança ou trabalhando apenas na terra, com a Lei da Fazenda Hereditária ficaram desamparados, também, no mercado de trabalho. Por último, não conseguiam novas terras, uma vez que a inalienação de terras sob vigência da lei inflacionou aquelas que não estavam anexadas, tendo em vista que o menor número de terras disponíveis para venda.

---

<sup>10</sup>A paisagem encontrada a leste da Prússia, mais especificamente na Pomerânia – região localizada na costa sul do mar Báltico – era desinteressante à percepção dos alemães provenientes de regiões ocidentais da Alemanha uma vez que culturalmente há um interesse mais específico dos povos germânicos com relação as paisagens de florestas e montanhas. Os povos germânicos eram conhecidos, desde a idade antiga, como “povos da floresta” (SCHAMA, 1996).

A contradição instaurou-se entre o que desejava a utopia racial nazista e a prática territorial materializada. Havia a pretensão de semear no solo do campo alemão a imagem da família pura que refletiria nas cidades, mas no campo se iniciava uma divisão das famílias tradicionais. Como consequência, o mesmo Estado que em seu delírio desejava uma nação em constante expansão demográfica através de políticas de natalidade a fim de proporcionar o crescimento orgânico do território, em especial no campo, viu suas famílias não só sendo divididas como sendo estimuladas a terem um único filho, o contrário daquilo que a Lei da Fazenda Hereditária e o Estado alemão almejava.

Um colapso político no campo era eminente, atenuado pela massificação dos meios de comunicação de teor romântico que, em seu conteúdo, construía a ideia de uma Alemanha forte e bela. O Estado, na busca de impor suas narrativas políticas, vinha falhando com aqueles que o pôs no poder, alemães que acreditavam em tais narrativas, mas que já não as viam sendo postas em prática de maneira eficaz. Até mesmo Ratzel, apropriado que foi pelo nazismo, alertava que “quanto mais sólido se torna o vínculo através do qual a alimentação e a moradia prendem a sociedade ao solo, tanto mais se impõe à sociedade a necessidade de manter a propriedade do seu território” (MORAES, 1990, p. 76). Caberia ao Estado, nessa afirmativa, a tarefa de proteger o território contra “as violações vindas de fora, que poderiam reduzi-lo” (MORAES, 1990, p. 76), à medida em que a perda territorial significaria, sob a égide de tal prerrogativa, a perda de poder e conseqüente padecimento futuro do Estado. O Estado nazista falhou, conforme tentou se expandir antes que pudesse proteger seu território.

Ainda que falho, porém, cabe aqui enxergar as intencionalidades traçadas pela política territorial nazista. Como foi possível perceber, o avanço ao leste esteve incumbido ao Ministério da Agricultura e Alimentação, estando em comum acordo com as ideias de Ratzel de expansão orgânica do Estado. Contudo, essa expansão e direcionamento foram aceitos pelas diversas classes sociais alemãs, por diversas razões, mas todas convergindo a uma demanda territorialista que guarda seus anseios em um resgate nostálgico da *landschaft*. Assim, a elevação do homem do campo como uma alegoria única transforma também a imagem da paisagem que o rodeia, entregando-a uma dimensão profunda no desejo de proteger os limites do Estado.

Não havia nada de romântico no nazismo, suas ambições de ampliação dos limites de seu território estavam pautadas em ideias puramente racionalistas, darwinistas por assim dizer. Entretanto, criar um valor semântico e profundo naqueles que assimilam a linguagem torna-se fundamental para instruir e guiar as almas daqueles que porventura devem defender seu solo, à sangue se assim for necessário. Direcionar o crescimento do Estado em direção ao leste tem seus objetivos racionalizados traçados: uma nação grande e poderosa precisa de uma grande população e condições necessárias para mantê-la – o que justifica a expansão.

Todavia, tão somente através de uma política que torna o homem do campo e sua paisagem um símbolo, um mito, seria possível introduzir no espírito da nação as necessidades de tal feito. Dessa forma, não somente as políticas burocráticas foram importantes para solidificar a proposição, mas a forma vigorosa em que a arte assumiria os valores originais do solo, da *Landschaft*.

#### **2.4 A arte assume os valores da *Landschaft*.**

Já no século XIX a paisagem alça novos patamares, convertendo-se em um conceito fundamental da investigação geográfica (CAPEL, 1988). Os diferentes termos de paisagem – alemão, francês e inglês, em especial – acusavam essa preocupação de perceber os fenômenos visuais proveniente dos territórios. Não obstante, a paisagem estimulou a busca de identidade visual com o solo. O termo em alemão, por sua vez, além de suas diferenças conceituais relativas ao seu significado – podendo significar tanto cena como região (HARTSHORNE, 1959), mas também, como foi possível averiguar, o próprio território – expande-se do local para uma escala nacional ao absorver os princípios românticos.

Contudo, é importante que se diga ser um absurdo tratar de uma Europa romântica. Seus preceitos filosóficos muito inspiraram os ímpetos nacionalistas, mas seus limites concentram-se – de forma potente, é verdade – ao que poderia ser chamado de Alemanha. Por assim dizer, “A Alemanha será pátria, origem e território do universo romântico” (FREITAS; PERES; RAHY, 1999, p. 33). É verdade, porém, que tendo a expansão do ímpeto racionalista alçado pelo iluminismo se configurado como uma barreira à época de avançar por outros territórios europeus, o romantismo

teve seus êxitos fora de seus limites no campo da literatura que, ao estimular as línguas locais, conduziu identidades nacionais (ANDERSON, 2015). Outrossim, sendo a *Landschaft* profundamente preenchida pelo conhecimento romântico, a prerrogativa de que o conceito possui grande influencia na formação dos Estados nacionais demonstra que na Alemanha haveriam particularidades quanto ao entendimento da observação das paisagens e a identidade para com estas.

A respeito disso, porém, como teria o Estado nazista adotado tais percepções da paisagem? Foi discutido anteriormente a contradição nazista quanto ao seu posicionamento histórico-filosófico. Um regresso aos antigos como meio de construir uma Alemanha heroica, ao mesmo tempo em que não relega o racionalismo técnico mecanicista moderno. O chamado Romantismo de Aço – intitulado pelo ministro da propaganda nazista, Joseph Goebbels – aglutinava duas coisas que supostamente seriam incompatíveis. Humboldt, ao dar à paisagem um sentido científico e ao mesmo tempo poético, não desconsidera o local e sua temporalidade. Em outras palavras, a percepção romântica da paisagem, idealista, não se desloca da materialidade empírica científica. A abordagem nazista, por outro lado, atestando sua incongruência, transforma o romantismo numa máscara para o racionalismo técnico impiedoso. Assim, a paisagem torna-se ambígua, desloca-se o ideal do material, onde não é possível discutir-se sobre um todo sistemático – como propunha a ideia de *Landschaft*. Aquilo que seria possível produzir na paisagem por meios românticos esconde sua verdadeira intenção através de uma utilidade. A paisagem romântica seria útil para construir um imaginário a partir de algo que jamais existiu, um regresso glorioso a um passado incompatível – não se trata, portanto, de ideias conservadoras, mas reacionárias. Na paisagem do presente, porém, suas formas têm como exclusiva função demonstrar o espírito alemão, mas seu método, suas intenções, aquilo que irá constituir de fato a prática intenta direcionar a Alemanha no caminho da modernidade.

O documentário *Arquitetura da Destruição* (1989), de Peter Cohen, demonstra um pouco das ambições nazistas com relação à paisagem quando demonstra um objeto íntimo do líder alemão. Em sua casa alpina localizada na Baviera – considerada, também, um dos QG (Quartel General) de Hitler, Berghof –, Hitler inicia uma reforma que tem como resultado uma imensa janela retrátil, em especial quando comparada ao tamanho da edificação. A vista, porém, denota suas intenções. A imensa janela formaria uma megalomaníaca moldura à paisagem espírito da grande Alemanha, de onde nascem os mistérios, as potências e identidade de um povo. A

janela, muito mais que uma simples forma arquitetônica, representava o sonho estético de Hitler, que reproduzia seu tema favorito, a paisagem de montanha – no caso os alpes bávaros (Figura 4).

Figura 4 - Janela Retrátil de Hitler, localizada em Berghof nos Alpes Bávaros.



Fonte: Arquitetura da Destruição, de Peter Cohen (1989).

As paisagens de montanhas, florestas e rios formariam o *blut und boden*<sup>11</sup>(Sangue e solo) alemão (SCHAMA, 1996). Em outras palavras, constituiriam a paisagem com a qual o povo alemão se conectaria espiritualmente. Não à toa, porém, a escolha por tais elementos, pois como já demonstrava Simon Schama em *Landscape and Memory* (1996), os povos germânicos desde a idade antiga eram lembrados como povos da floresta, extremamente conectados que eram com a paisagem e seus mitos. Sobre essa preocupação com a complexidade natural representada na paisagem,

o conceito de paisagem, enquanto complexo natural total, vincula-se às manifestações do movimento romântico alemão no qual se aglutinam o poder da natureza, uma série de noções religiosas e a glória dos antepassados, principalmente nas letras, artes plásticas e na música (FREITAS; PERES; RAHY, 1999, p. 32).

<sup>11</sup> Termo criado por Richard Walther Darré, Ministro da Agricultura e Alimentação (EVANS, 2008).

Restaria, portanto, introduzir o imaginário estético que propunha o Estado nazista no povo alemão. As paisagens oficiais deveriam se comunicar também com o imaginário coletivo, para a constituição da unidade do povo, que com seu sangue presentearia a terra com o intuito de protegê-la.

A arte teve papel fundamental nesse resgate reacionário de um passado que não mais condizia com a identidade urbana que vinha crescendo em meio a revolução fordista. Ainda assim, o que Freud chamara de pulsão de morte (FREUD, 2018 [1930]) enviou o povo alemão a empenhar-se na retomada nostálgica e utópica, em um momento em que a vida fora melhor, quando a Alemanha era grande.

O regresso aos antigos, portanto, não viria ao acaso. Em primeiro lugar pela compreensão acima descrita: um retorno, ainda que falso, aos tempos em que a Alemanha de fato for vitoriosa, uma concepção puramente imaginada. Em segundo lugar, em especial, o resgate seria fruto do uso do romantismo como ferramenta com o fim de atingir o espírito do alemão ferido em razão dos até então revezes que sua nação havia sofrido: derrota na Primeira Guerra Mundial; perdas territoriais; desastre econômico e moral.

Contudo, é curioso perceber que o regresso aos antigos destinava seu alvo de inspiração estética, também, nos grandes impérios do passado, bem como o renascimento. Por assim dizer, firma-se uma contradição exposta na representação da paisagem pela qual se pretendia evidenciar. Valorizou-se uma arte clássica, ao estilo aristotélico, que se repetiria na laicização promovida pela perspectiva matemática renascentista. Em outras palavras, enaltecia-se a regra, as leis, que poderiam contemplar a composição estética de sua arte. É passível de averiguação o regresso aos impérios do passado e à arte clássica ao dispor à análise a megalomania edificada proposta por Hitler. A construção do mundo como obra de arte, sob valores estéticos, era um projeto, mascarado de romântico, porém racional.

Hitler acreditava que através do regresso aos grandes impérios do passado seria possível induzir o povo alemão a coisas grandes, inspirados pelos grandes feitos dos antepassados. Por assim dizer, Albert Speer (1975) conta que os projetos arquitetônicos, verdadeiras obras de arte, estariam cheias de intencionalidades ao serem submetidas ao método da *Lei das Ruínas* e das *Pontes de Tradições*. Basicamente, toda nova edificação oficial alemã deveria passar pelo crivo das ruínas, ou seja, serem pensadas de maneira que no futuro figurassem como tal, com o objetivo de solidificar no alemão do futuro os grandes feitos da nação (Figura 5).

Figura 5 - Zeppelintribüne.



Fonte: <https://museen.nuernberg.de/dokuzentrum/themen/das-gelaende/dasreichsparteitagsgelaende/>. Acesso em: 18 fev. 2020.

Não há espaço, portanto, para o gênio no nazismo. O romantismo foi fortemente contrário às superficialidades regidas pelas regras clássicas, sobretudo a ampliação da sistematização proposta pelo neoclassicismo (DUARTE, 2011). Contudo, o uso indiscriminado da ordem no campo estético – importante dizer, não só na arte, mas na vida material, na maneira de compor o mundo enquanto política (de paisagem) – apagaria as potências do gênio que, aliás, seriam censurados em exposições de arte degenerada.

A vida imita a arte, ou vice-versa. E então o nazismo mostra sua intencionalidade ao aplicar ao classicismo de suas escolhas a máscara do romantismo. Há ordem, há regras, mas somente com o que há de romântico é possível direcionar-se aos corações. E assim, mais uma vez, se comprova a tese de distanciamento lógico do nazismo com o romantismo, ao menos ao que há de natural do movimento.

No que concerne à consolidação de um mundo estético idealista, tendo em vista o conhecimento romântico nessa engenharia, há de se apresentar, porém, aquilo que não deveria ser chamado de arte, ou ao menos estar fora da curadoria de arte válida ao espírito alemão. Explanada como arte degenerada, o princípio estético moderno era assim chamado por sua característica cosmopolita, ou seja, por não estar vinculada aos anseios nacionalistas. O não apreço ao solo engendraria tal

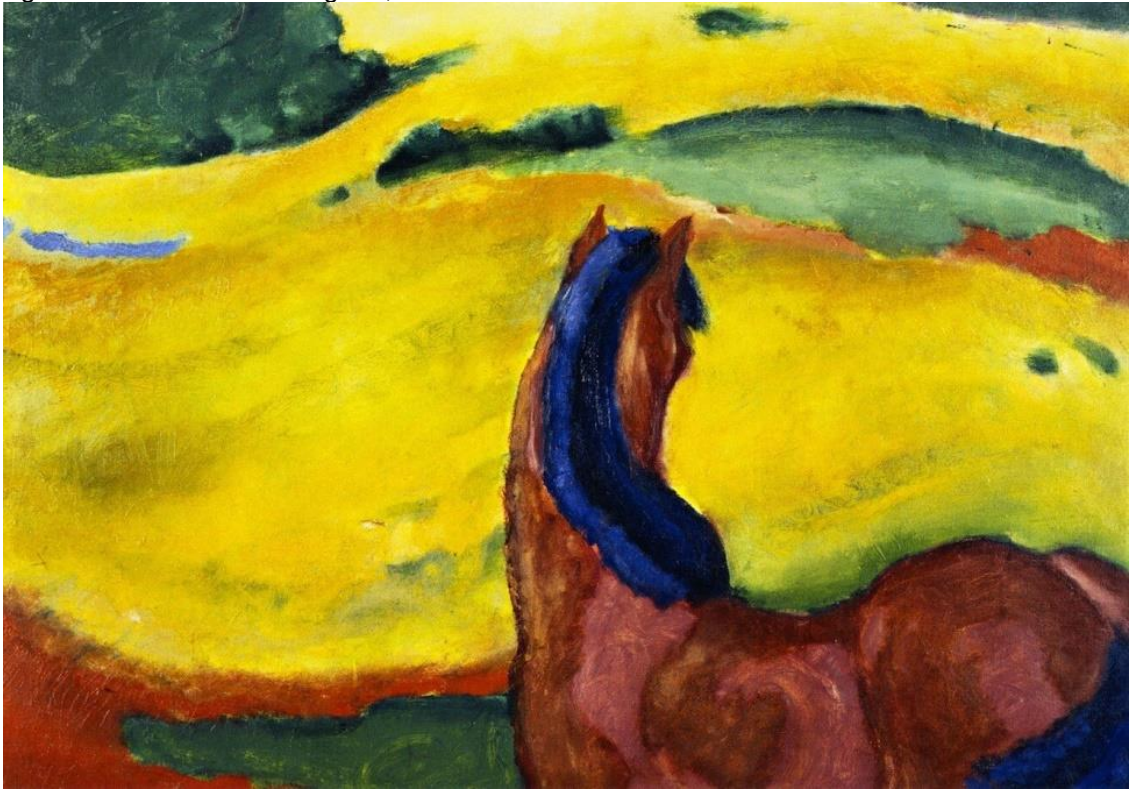
alcunha à arte moderna dentro do território nazista. Hitler teria dito, na inauguração da *Große Deutsche Kunstausstellung* (Grande Exposição de Arte Alemã) – realizada na *Haus der Deutschen Kunst* (Casa de Arte Alemã) – que “não existe hoje uma arte alemã, francesa ou chinesa, mas pura e simplesmente a arte moderna” (HITLER apud BORTULUCCE, 2008, p. 67). E completa afirmando que o declínio da Alemanha não era apenas político e econômico, mas partia, também, dessa ausência artística na preocupação com o seu povo. É possível perceber, através dessa fala, o quão relevante se tornara a preocupação estética na constituição da nação.

Artistas modernos e obras importantes de movimentos modernistas foram não apenas perseguidas, mas expostas em exposições de arte degenerada. Instaladas em prédios decadentes – em oposição à beleza estética greco-romana da *Haus der Deutschen Kunst*, com suas significantes colunas dóricas – as exposições demonstravam ao alemão obras fruto de patologias, de psicopatologias provocadas pela doença da modernidade. Artistas como Max Beckman, Otto Dix e George Grosz, Ernst Ludwig Kirchner, Franz Marc, August Macke, Karl Schmith-Rottluff, Emil Nolde e Kandinsky (EVANS, 2010) eram alguns a figurar nas exposições.

A obra *Pferd in Landschaft* (FIGURA 6) foi uma das inúmeras que foram encontradas nos depósitos do negociante de arte Hildebrand Gurlitt – um dos responsáveis por negociar obras para a construção de museus alemães, inclusive a galeria de arte de Linz (*Führermuseum*). Mesmo que inconscientemente, Hildebrand preservou mais de 380 obras da incineração de arte degenerada promovida pelos nazistas.



Figura 6 - "Cavalo na Paisagem", de Franz Marc.



Fonte: Franz Marc, de Klaus H. Carl e Franz Marc (2013)

Importante constatar que, apesar de a própria alcunha da pintura de Franz Marc carregar consigo a palavra *Landschaft* – e lembrando que o estudo das paisagens está intimamente associado à sua representação estética nas artes, em especial, ao menos nos seus primórdios, nas artes pictóricas – a paisagem que se expressa é completamente avessa aos anseios estéticos desejados pelo romantismo nazista. Ainda que Franz Marc fosse reconhecidamente e abertamente um artista que buscava, através do expressionismo, a natureza, a representação pessoal e intuitiva o afastava de qualquer anseio naturalista – se o que se esperava era uma imagem positivista da natureza ou impressionista – e muito menos romântica, idealista, de onde se adquiria identidade coletiva direta com o solo. Em outras palavras, a paisagem revelada pelo movimento expressionista, evidenciada pela obra de Franz Marc, não configuraria qualquer apressado apelo ao solo como identidade coletiva – em vista de sua perspectiva abstrata – quanto menos aos anseios nacionalistas.

É bem verdade, porém, que o expressionismo foi capaz, sobretudo no cinema, de comunicar os anseios e angústias do povo alemão. O expressionismo expunha uma expressão do real e, com isso, uma visão, portanto, da paisagem daqueles que viviam a decadência pós-Primeira Guerra Mundial. Se não uma ligação heroica –

como se desejava através da assimilação do romantismo como máscara – a paisagem expressionista expunha algo que também unia os alemães em uma causa, a crise moral, o obscurantismo, o medo. Para uma Alemanha que intentava ser gloriosa, o fenômeno surgido da semântica dos elementos dos signos da paisagem não poderiam ser enviados por uma atmosfera pessimista, mas por uma profunda natureza heroica.

Estabelecido aquilo que não poderia ser arte inspiradora de um espírito nacional, em vista da construção de uma raça pura, livre das patologias modernas, há de se instituir a arte válida e dela sua representação paisagística. A paisagem, portanto, através da arte idealista, constituiria o imaginário social. É curioso, porém, perceber a temática e a estética escolhida para representar o espírito alemão, pois

nas exposições de arte alemã, realizadas no Terceiro Reich, Hitler irá adquirir centenas de obras de arte, onde as esplendorosas paisagens alpinas, as florestas setentrionais, os motivos camponeses, a virilidade do homem comum, do trabalhador comum, a beleza das formas puras da mulher ariana, as ruínas dos prédios do período clássico greco-romano aparecem (FREITAS; PERES; RAHY, 1999, p. 34).

As paisagens explanadas, porém, não estariam expostas através de uma descrição naturalista ou científicada, mas idealizadas para reverenciar um solo sagrado. Haveria, portanto, uma religiosidade espirituosa na interpretação da natureza, distinguindo-se de um relato que expunha a paisagem como uma medida calculável de forças para uma elevação desta a um parâmetro metafísico.

Exposições de arte alemã espalhadas por todo o território comunicavam não apenas a arte válida, mas o espírito de um povo. Intituladas como “Sangue e Solo” ou “Forças Básicas da Formação da Vontade Alemã” (EVANS, 2010), aproximavam o papel da arte e a representação da paisagem como uma forma de ver seu território, seus domínios, através de uma perspectiva coletiva na concepção da nação. A concepção política nacional-socialista pressupunha um arranjo das coisas do mundo sob valor estético. Não apenas na arte como um todo, mas a vida das pessoas deveria carregar uma aura ligada ao belo.

Benedict Anderson (2015) institui a ideia de museu enquanto um dos substantivos da consolidação de uma comunidade imaginada. Muito mais que as bases concretas, arquitetonicamente cimentadas, o museu parte da construção de um imaginário social, de onde um povo se vê identificado em uma história oficial construída – de cima para baixo. Evidentemente, para que se torne mais orgânico, as

histórias dos povos são absorvidas para tal engenharia cultural. A Alemanha Nazista de Hitler, porém, alça tais preocupações nacionalistas a um investimento pesado na concretude da ideia de museu. Além das já descritas Exposições de Arte Alemã distribuídas, sobretudo, na *Haus der Deutschen Kunst*, havia a preocupação com a construção de um museu que reverenciava não apenas a arte válida de uma nação – que seria repleto de pinturas e esculturas do tipo romântica e greco-romanas –, mas a figura de seu líder, o pintor e idealizador do quadro maior, a imprescindivelmente estética Alemanha.

Sob essa égide seria construído o *Führermuseum*, em Linz, próximo ao local onde Hitler havia nascido. Não haveria de ser um museu qualquer, mas o maior do mundo em suas dimensões, para que pudesse também demonstrar em sua forma – através da megalomania edificada – o tamanho da história e da cultura alemã ao mundo.

Em seu interior, obras que traziam aquilo que o espírito alemão deveria carregar. Obras que teriam sido compradas, mas também saqueadas nas vitórias de guerra. Importante, porém, que se faça uma análise do conteúdo e da forma as quais essas obras apresentam no que se refere à paisagem: a antiguidade clássica; a natureza – em especial as paisagens de montanha; temática campestre, camponesa e de arquitetura vernacular são alguns dos temas tratados. Quanto à forma, basicamente, a arte nazista foi influenciada por duas tendências: “de um lado o Barroco e o Romantismo Alemão; de outro, o neo-classicismo de inspiração greco-romana” (BORTULUCCE, 2008, p. 55), apresentando “uma técnica bastante acadêmica, figurativa, com as linhas e contornos bastante nítidos e definidos” (BORTULLUCCE, 2008, p. 57).

As características descritas podem ser encontradas nos pintores admirados por Hitler e o nacional socialismo: Hans Makart, Franz Defregger, Rudolf Epp, Franz Von Stuck e Caspar David Friedrich. Em especial, porém, há de se perceber a representação da paisagem nas obras de artistas oficiais do Reich, em especial Werner Painer (Figura 7).

Figura 7 - "Deutsche Erde", de Werner Painer



Fonte: <http://www.germanartgallery.eu/>. Acesso em: 16 jul. 2019.

Artista de forte influência romântica, Wener Painer pintou o quadro *Deutsche Erde* (Solo Alemão). A obra é bastante significativa no que tange ao ideal nazista em sua representação paisagística. Há de se observar, em primeiro lugar, a concepção já descrita das inúmeras possibilidades disponíveis no termo na *landschaft*. O “Solo Alemão” apresentado demonstra uma visão romântica da paisagem que denota a construção de um imaginário social que fortalece o modo de vida no campo. Afinal, a paisagem que carrega tal nome expõe o homem camponês em sua atividade laboral. Ereto e fazendo uso de dois cavalos fortes, propõe a potência e importância de sua atividade, ao mesmo passo que demonstra o camponês como uma figura imponente, romantizada. A composição do quadro geral, porém, deixa clara a importância da figura camponesa, sobretudo, em sua relação direta com o solo. O grande espaço negativo da composição, onde teoricamente não há nada que se relacione diretamente com o objeto central (o camponês), propõe uma relação dialética profunda ao trazer desse espaço negativo uma potência semântica: o solo e sua relação direta com o alemão.

Ratzel (MORAES, 1990) ao descrever o solo, fazia-o através do uso da palavra *boden*, que tornava o conceito quase como um sinônimo de território. Painer, em sua obra, utiliza a palavra *Erde* para designar o mesmo. O termo, porém, designa, também, algo próximo da palavra terra, ou seja, Terra Alemã. Ainda que se trate de

uma pintura de paisagem, porém, é possível vincular o termo usado para designar o solo/terra alemã em proximidade com a *Landschaft* que, como visto, não propõe um sentido único à paisagem, mas também um local de pertencimento. Ambos os termos, entretanto, convergem ao território, ainda que o proposto por Ratzel absorva critérios relativamente mais naturalistas e o adotado por Painer em sua obra um caráter romântico visual.

Ainda que estejam os termos relacionados ao trato do território, do solo, não estão desvinculados de uma maneira de olhar, sendo assim, da paisagem. A *landschaft* orquestrada por Werner Painer demonstra com clareza, por vias idealistas, através dos aspectos visíveis, por assim dizer, a romantização do homem do campo e o trato da natureza na construção de um ideário. O homem ara o solo, tornando-o produtivo, através de técnicas tradicionais, enquanto uma imponente paisagem ganha destaque na composição, tornando-se elemento fundamental no todo performático. A *Landschaft*, apropriadamente romântica, conduz sua interseção entre o aspecto visível, material, e aquilo que coletivamente seria construído por aspectos invisíveis, mas sensíveis, no território.

“Um poema dramático com cenas da natureza”, assim começa o filme *Der Heilige Berg* (A Montanha Sagrada, 1926) (Figura 8). A vigorosa valorização da antiguidade, do Renascimento e do Romantismo enquanto estética não se limitava à arquitetura, pintura e à tragédia operística. O Cinema, estabelecendo-se naquele momento como a arte do século, seria usada como meio fundamental de introdução do espírito romântico arraigado nas paisagens. Assim como na arte pictórica, o Cinema também se especializou na temática das paisagens, o Cinema de Paisagem. Em especial, porém, na Alemanha dos anos 1920, havia um grupo de artistas que, em contraposição ao expressionismo – movimento de maior força em uma década de depressão econômica e moral (EISNER, 2002) – realizava uma variante do Cinema de Paisagem, o Cinema de Montanha, o *Bergfilm* (KRAKAUER, 1974). A variante seria amplamente aproveitada no Cinema de ficção nas salas nazistas na década seguinte. Sendo muito mais sutil que os filmes de propaganda mais diretos e incisivos, os *Bergfilm* propunham uma relação mais emocional com seus espectadores, ainda que ainda assim estivesse introduzindo valores estéticos em total acordo com o ideário de pureza nazista.

Nesses termos, dentro do chamado Cinema de Montanha presente na Alemanha, destaca-se o geólogo e diretor Dr. Arnold Fanck. Há, em suas abordagens



temáticas, uma evidente preocupação em inserir um eu à natureza, uma potência primitiva, ainda que harmônica. A mesma potência é percebida em seus personagens, agindo por um impulso quase instintivo, uma tentativa de tornar o homem próximo àquilo que vê. A idolatria aos impulsos e à paisagem enviesada a um sentido metafísico seria algo em que o nazismo iria se apoiar.

Figura 8 - A montanha sobre a névoa, em "A Montanha Sagrada", expõe um caráter espiritual à paisagem.



Fonte: A Montanha Sagrada, de Dr. Arnold Fanck (1926)

“Você é como a natureza para mim!” – É o que diz Diotina, personagem protagonizada por Leni Riefenstahl em *A Montanha Sagrada* (1926), de Arnold Fanck, para seu companheiro quando este a diz que a importância da natureza está no investimento da alma nesta. A sequência de planos que subsequem a cena romântica demonstra detalhes de uma natureza harmoniosa, expondo sua beleza enquanto substantivo. A montanha está ali e ela representa muito mais do que seus aspectos materiais ou um sistema calculável de forças, mas uma força espiritual.

Fanck continua sua saga de produções de Cinema de Montanha ao realizar, juntamente à G.W. Pabst – importante diretor alemão dos anos 1920 que, devido ao

seu trabalho em entregar uma nova objetividade ao cinema, em contraposição à abstração expressionista, seria valorizado no III Reich – ao fazer *Die weiße Hölle vom Piz Palü* (Inferno Branco de Piz Palü, 1929). Assim como todos os filmes de Fanck, a película é filmada em tomada externa, sendo realizado na natureza. O resultado é um deslumbrante trabalho de imersão orgânica aos poderes da natureza. A montanha, por sua vez, absorve sentidos, é substantivo da oração, e os personagens são absorvidos pelos desejos impulsivos da paisagem. A aventura trágica que tem a paisagem como personagem encontra seu final onde, juntamente aos homens – em uma inigualável justaposição de planos, entre os rostos preocupados dos homens e mulheres que contemplam a paisagem com um plano deslumbrante da montanha – a montanha chora (Figura 9). O idealismo romântico o qual o nazismo tanto desejava reunir, ali encontra sua morada.

Figura 9 - A montanha chora no plano final de "Inferno Branco" em Piz Palü.



Fonte: Inferno Branco de Piz Palü, de Dr. Arnold Fanck & G.W. Pabst (1929).

Tendo protagonizado os dois filmes supracitados, Leni Riefenstahl – diretora que será lembrada por seus documentários de propaganda nazista (O Triunfo da Vontade e os documentos históricos das olimpíadas de 1936, Olympia I e II) – realizou seu primeiro longa-metragem inserido no chamado Cinema de Montanha. Os planos

iniciais descrevem onde espacialmente a história irá acontecer. Uma vila camponesa rodeada por uma montanha e dela um grande mistério, uma lenda que norteará os conflitos. Nada mais tentador aos ideais nazistas. A montanha ganha vida em razão dos mitos originários de um povoado, a montanha é a *Landschaft* em sua essência, de uma cultura local que perdura as forças originais do solo. O sucesso estético foi tamanho que, não à toa, Riefenstahl foi convocada a ser a cineasta oficial do Reich, documentando os acontecimentos históricos como jamais havia sido feito antes, sendo influente ainda hoje na maneira de compor paisagens.

Por fim, em uma intervenção artística em 2013, o misterioso artista britânico, Banksy, reaproveitou uma pintura de paisagem de um pintor denominado K. Sager. Na composição encontrava-se uma natureza harmônica, juntamente a uma montanha esbranquiçada pela neve, lembrando os Alpes austríacos que Hitler tanto idolatrara. Uma composição convencional, comum, mas que ao introduzir um oficial nazista em contemplação direta com a paisagem que o rodeia, ganha um novo sentido (Figura 10).

Figura 10 - Intervenção Artística de Banksy intitulada “A Banalidade da Banalidade do Mal”.



Fonte: <https://www.theguardian.com/artanddesign/2013/nov/09/banksy-new-york-auction-housing-works>. Acesso: 19 jul. 2019.

Com o título dado à obra, “*The Banality of Banality of Evil*” (A Banalidade da Banalidade do Mal). Banksy introduz a ideia já exposta por Hannah Arendt (2013 [1963]). O oficial é apenas um homem, como os demais, que contempla com



encantamento a paisagem daquilo que o define. A maldade não parece, ali, existir. A ética nazista, por assim dizer, possuía o intento estético de transformar o mundo belo, “essa palavra que tem função de adjetivo na linguagem cotidiana, torna-se substantivo na linguagem erudita da filosofia ou da estética” (DUFRENNE, 2002). A beleza substancial e moral a qual o III Reich buscava que aos olhos desavisados expressa um impulso bom, porém, se dava através da destruição. Embelezar o mundo, portanto, através da destruição foi a fracassada missão nazista que, evidentemente, ganhou traços na paisagem material.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos sobre os quais estava assentada sua honra jaziam ali mortos. Todo o povo entregou-se à tristeza e aos lamentos. As festas do rei haviam terminado em imenso pesar. Como é costume de acontecer: depois do júbilo vem, no fim, o sofrimento.

*A Canção dos Nibelungos. Autor desconhecido.*

A história do pensamento não é estática, da mesma forma que o romantismo. Como foi possível observar, o movimento se solidifica a partir de uma reação ao racionalismo iluminista que se colocava na Europa no Século XVIII, sacudindo as estruturas do pensamento e da prática: formação dos Estados nacionais; alfabetização e disseminação das línguas vernaculares; alastramento do romance; o resgate das alegorias e mitos do solo são algumas dessas proposições as quais o romantismo carrega grande parte da responsabilidade.

Evidentemente, porém, como o pensamento não é estático, está em constante mudança, o romantismo foi assumindo novas personas até que se tornasse desfigurado de sua característica originalmente atribuída, sua essência. Nessa esfera, há de se fazer o questionamento sobre a viabilidade de falar de romantismo no Século XX. Em outras palavras, o romantismo já não responderia por sua essência modificada que fora pelas correntes as quais ele mesmo havia reagido (e modificado). A racionalidade, porém, permanece a mesma, mudando apenas a sua prática, que se dá através das técnicas e seu uso em uma velocidade cada vez mais acelerada. Obviamente a racionalidade grega não é a mesma proposta pelo iluminismo – ainda que houvesse influência – e a iluminista não é a mesma, repetindo o aposto anterior, que a observada no início do século XX. Ainda assim, a racionalidade permanece essencialmente racional.

Nesse interim surge o Nazismo, historicamente descrito como uma catástrofe romântica. O presente projeto demonstrou ser capaz de distinguir o nazismo de tal política, uma vez que essencialmente o evento capitaneado por Hitler se demonstrou como um “romantismo desconfigurado”, ou como gostava de chamar Joseph Goebbels, Romantismo de Aço. Não há atribuição mais contraditória ao termo

originalmente proposto. Romântico e de aço, como foi possível observar, se demonstra uma impossibilidade.

Em primeiro lugar o termo se desconecta da reação romântica ao racionalismo que surgia na Europa no século XVIII e, portanto, não há a possibilidade de pensar em um romantismo racionalista. Em segundo lugar há de se citar o messianismo e a restauração da ordem universal, o contrário do caos revolucionário romântico. Não menos importante, também, a formação de leis universais que regeriam as coisas roupadas de um romantismo chulo para entregar um sentido profundo à superficialidade das narrativas racionalizadas, é o caso do biologismo e da eugenia.

Essas características racionalizantes impostas pelo Partido Nazista estariam presentes na paisagem a qual desejavam materialmente conquistar. Contudo, mais uma vez, mascaradas de uma filosofia puramente alemã, ou seja, de fácil aderência em seu território – o romantismo. Por assim dizer, foi possível averiguar que a conquista do Espaço Vital no leste alemão esteve extremamente interligado à uma política de paisagem que visava construir imaginariamente um mito, uma alegoria do ser alemão associado ao seu solo, à sua paisagem (*landschaft*).

Nesse sentido, houve uma explanação acerca do conceito de paisagem nas diferentes línguas – sobretudo alemã, francesa e inglesa. Foi possível constatar uma maior proximidade do termo em alemão (*landschaft*) com o solo, ou seja, com a comunidade e suas alegorias em conluio com a paisagem que a cercam e, portanto, com o romântico. Por outro lado, distintamente, as paisagens conceituadas pelos termos em inglês e francês aparentaram serem propostas por uma narrativa mais racionalizante, hierárquica. As hipóteses levantadas convergiram ao entendimento de que a política de paisagem nazista era estritamente racional (*landscape; paysage*), visando o crescimento territorial. Contudo, a aderência de tal política não viria de valores superficiais, mas da capacidade de atingir o espírito de seu tempo, de uma profundidade que somente uma roupagem romântica poderia fornecer. Dessa relação cria-se o mito do homem do campo e sua paisagem harmoniosamente produtiva – romanticamente harmônica e racionalmente produtiva.

Tendo em vista o que foi trabalhado no presente trabalho, a contribuição que este pode oferecer passa por uma melhor interpretação da influência do romantismo para com a história do pensamento, mais especificamente o geográfico. Tendo sido um movimento de fundamental importância na consolidação dos Estados nacionais, é fundamental o exercício de desvinculá-lo do estigma que o expôs como motor causal

do nazismo e das atrocidades ditas irracionais. Por assim dizer, o presente trabalho pode oferecer um caminho para mais estudos acerca do romantismo dentro da Geografia.

Novas possibilidades de estudo surgem acerca do tema para o autor da presente dissertação. Sobretudo, o entendimento e influência do romantismo, ou o que resta dele, na Geografia e no mundo contemporâneo, possibilitam novos caminhos os quais são possíveis serem trilhados. O relativismo pós-moderno – ou fruto de uma modernidade avançada – que a todo momento pretende romper com verdades e leis universais, paradigmas, seria uma consequência direta ou de influência romântica? Muitas possibilidades surgem, portanto, do pensamento reativo romântico que podem contribuir no entendimento da ciência geográfica, a qual se propõe aqui discutir.

Por fim, os limites encontrados para a elaboração da pesquisa estiveram vinculados ao acesso à bibliografia sobre romantismo, sobretudo aquelas que porventura pudessem ter relação com a Geografia. Em especial, porém, o maior desafio para futuras pesquisas está na barreira da língua no que se refere a um movimento nascido na Alemanha. Os desafios mencionados, porém, apenas endossam as inúmeras possibilidades que o tema proporciona para o prosseguimento da pesquisa.

## REFERENCIAS

- A LUZ azul. Direção: Leni Riefenstahl. Alemanha, 1932 (85min)
- A MONTANHA sagrada. Direção: Arnold Fanck. Alemanha, 1926 (100min)
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- ARISTÓTELES. **Metafísica**. São Paulo: Edições Loyola, 2002
- ARQUITETURA da destruição. Direção: Peter Cohen. Suécia, 1989 (119min)
- ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- BARTHES, Roland. **Aula**. São Paulo: Editora Cultrix. 1980
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- BERLIN, Isaiah. **The Roots of Romanticism**. New Jersey: Princeton University Press, 2013.
- BESSE, Jean-Marc. **O Gosto do Mundo: Exercícios de Paisagem**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.
- BORTULUCCE, Vanessa B. **A Arte dos Regimes Totalitários do Século XX: Rússia e Alemanha**. São Paulo: Editora Annablume, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. The Specificiy of the scientific field and the social conditions of the progress of reason. *Social Science Information*. **Soc. Sci inf.**, 14, pp. 19-47. 1975.
- CANTERO, Nicolas Ortega. Entre la Explicacion y la Geografia Moderna. In: FIZ Simón Marchán; MADERUELO, Javier. **Paysage y Pensamiento**. Espanha: Abada Editores, 2006
- CAPEL, Horacio. **Filosofia y ciencia en la Geografía contemporánea: una introducción a la Geografía**. Barcelona: Huropesa, 1988.
- CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política: Território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- COSGROVE, Denis. Prospect, Perspective and the Evolution of Landscape Idea. **Transactions of the Institute of British Geographers**. v. 10, n. 1, pp. 45-62, 1985.

COSGROVE, Denis. A Geografia Está em Toda Parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas. In: CORREA, Roberto & ROSENDAHL, Zeny. **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

DREXLER, Dóra. Landscape, Paysage, Landschaft, Táj: The cultural background of landscape perceptions in England, France, Germany and Hungary. **Journal of Ecological Anthropology**. v. 16, n. 1, pp. 85-96, 2013.

DUARTE, Luis Fernando Dias. A Pulsão Romântica e as Ciências Humanas no Ocidente. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 55, 2004.

DUARTE, Pedro. **Estio do Tempo**: Romantismo e estética moderna. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2011.

DUFRENNE, Mikel. **Estética e Filosofia**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2004.

EISNER, Lotte H. **A Tele Demoníaca**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

EVANS, Richard. **O Terceiro Reich no Poder**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Power/Knowledge**: Selected Interviews & Other Writings 1972 - 1977. New York: Pantheon Books, 1980.

FRANÇA, Eduardo Melo. Entre a Psicanálise e o Romantismo: a razão, o limite e a civilização. **Acta Scientiarum**. Language and Culture. Maringá, v. 34, n.1, pp. 49-57, 2012.

FREITAS, Inês Aguiar; PERES, Waldir Rugero; RAHY, Ione Salomão. A Janela de Hitler. **GeoUERJ**, Rio de Janeiro, n. 6, pp. 29-36, 1999.

FREUD, Sigmund. **O Futuro de uma Ilusão & O Mal-Estar na Cultura**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2018.

GOEBBELS, Joseph. **Tagebücher 1924-1945**. Munique: Piper Verlag, 1999.

HABERMAS, Jürgen. **Knowledge and Human Interests**. Boston: Beacon Press, 1972.

HARTSHORNE, Richard. **Perspective on the Nature of Geography**. The Association of American Geographers. Chicago: 1959.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital**. São Paulo: Boi Tempo Editorial, 2011

HEIDEGGER, Martin. **Ensaio e Conferências**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

\_\_\_\_\_. **Ser e Tempo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

HERDER, Johann Gottfried von. **Philosophical Writings**. Cambridge: University of Cambridge Press, 2002.

HOBBS, Thomas. **Leviatã: ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2014.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: O breve século XX, 1914 - 1994**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

HOCHMAN, Gilberto. A Ciência entre a Comunidade e o Mercado: leituras de Kuhn, Bourdieu e Knorr-Cetina. In: PORTOCARRERO, Vera. **Filosofia, história e sociologia das ciências I: abordagens contemporâneas**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1994.

HUMBOLDT, Alexander von. **Quadros da Natureza vol I & II**. São Paulo: Gráfica Editora Brasileira, 1952-53.

\_\_\_\_\_. **Cosmos**. Tomos 1 e 2. Eduardo Perié Editor: Bélgica e Sevilla, 1875.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

KERSHAW, Ian. **The Nazi Dictatorship: problems and perspectives of interpretation**. New York; London: Bloomsbury, 2015.

KLEMPERER, Victor. **The Language of the Third Reich**. Londres: Bloomsbury Academic, 2013.

KRACAUER, Siegfried. **From Caligari to Hitler: A Psychological Story of the German Film**. Estados Unidos da América: Princeton Paperback Printing, 1974.

KUHN, Thomas S. **The Structure of Scientific Revolutions**. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.

LACOSTE, Yves. **A Geografia – Isso Serve, em Primeiro Lugar, Para Fazer a Guerra**. Campinas: Editora Papirus, 2011.

LOSANO, Mario Giuseppe. Karl Haushofer (1869-1946): o pai da geopolítica das ditaduras europeias. **Verba Juris**, ano 7, n. 7, jan./dez. páginas 447-474, 2008.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

MARC, Franz; CARL, Klaus H. **Franz Marc**. Parkstone Press International, New York, 2013.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Ratzel**. São Paulo: Editora Ática, 1990

MOREIRA, Ruy. **Pensar e Ser em Geografia**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim Falava Zaratustra**. São Paulo: Editora Escala, 2009.

\_\_\_\_\_. **Além do Bem e do Mal**. São Paulo: Editora Escala, 2011.

NIEWYK, Donald; NICOSIA, Francis. **The Columbia Guide to the Holocaust**. New York: Columbia University Press, 2000.

NOVALIS, Friedrich Von H. **Pólen**. Tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Iluminuras, 2001.

NUREMBERG CODE, 1949. **Trials of war criminal before the Nuremberg military tribunals**. Control Council Law, 10:181-182.

NYE, Joseph S. **Soft Power**: The means of success in world politics. New York: Public Affairs, 2004.

O ETERNO judeu. Direção: Fritz Hippler. Alemanha, 1940. (65min)

O INFERNO branco em Piz Pallü. Direção: Arnold Fanck; G.W Pabst. Alemanha, 1929. (159min)

O'NEILL, B. (1989) Game Theory and the Study of the Deterrence of War. In: **Perspectives on Deterrence**, pp. 134-56. New York: Oxford University Press.

POPPER, Karl. **The Logic of Science Discovery**. London: Taylor & Francis e-Library, 2005.

RODRIGUEZ, José Manoel Mateo; SILVA, Edson Vicente da. A Classificação das Paisagens a partir de uma Visão Geossistêmica. **Mercator**. Fortaleza, CE. Ano 1, nº1, pags 95-112, 2002.

ROMANO, Roberto. **Conservadorismo Romântico**: origem do totalitarismo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981

SAFRANSKI, Rüdiger. **Romantismo: Uma questão alemã**. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2010.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – Edusp, 2008.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – Edusp, 2014.

SAUER, Carl. A Morfologia da Paisagem. In: CORREA, Roberto & ROSENDAHL, Zeny. **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SCHAMA, Simon. **Landscape and Memory**. New York: Vintage Books, 1996.

SCHLEGEL, Friedrich. **Conversas sobre a poesia e outros fragmentos**. São Paulo: Editora Iluminuras, 1994.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2013.



SPEER, Albert. **Por Dentro do Terceiro Reich**. São Paulo: Editora Círculo do Livro, 1975.

TAYLOR, Alan John Percival. **The Course of German History**: A survey of development of German history since 1815. London and New York: Taylor and Francis e-Library, 2005.

UNWIN, Tim. **El Lugar de la Geografía**. Madrid: Ediciones Cátedra, 1995. Madrid: Ediciones Cátedra, 1995

WINNER, Langdon. **The Whale and the Reactor**: A search for limits in an age of high technology. Chicago: The University of Chicago Press, 1986.